



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1523/07	DATA: 17/09/2007
INÍCIO: 14h36min	TÉRMINO: 19h00min	DURAÇÃO: 04h24min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h24min	PÁGINAS: 86	QUARTOS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Audiência pública com a presença dos familiares das vítimas dos acidentes com as aeronaves das empresas Gol Transportes Aéreos S. A. e TAM Linhas Aéreas S. A.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 53ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do Sistema de Tráfego Aéreo Brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol (vôo 1907), e um Legacy da American ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas.

Ordem do dia.

Audiência pública com os familiares das vítimas dos acidentes com as aeronaves da Gol e da TAM.

Vamos, inicialmente, estabelecer a ordem dos trabalhos.

Nós vamos abrir para, falando em igual tempo, familiares ou representantes de familiares de vítimas dos 2 acidentes. Eu tinha, inicialmente, proposto estabelecer um número de pessoas que representassem. Mas, como está havendo algumas divergências, eu vou aumentar um pouco o número de pessoas e diminuir o tempo, de modo que possam falar nos primeiros 30 minutos os familiares das vítimas do acidente com o avião da Gol e nos 30 minutos seguintes os familiares das vítimas do acidente com o avião da TAM.

Vou abrir espaço de até 15 minutos para que a Gol, se estiver presente ou aqui comparecer, por meio de algum representante, possa responder às demandas que porventura surjam, oriundas das exposições dos familiares das vítimas do acidente com o seu avião, e abrirei também por até 15 minutos para que a TAM possa fazer a sua defesa ou colocação em função daquilo que for dito pelos familiares das vítimas do acidente com o seu avião.

Em seguida, abrirei espaço para, se estiver presente, alguém da investigação do acidente que queira falar sobre o assunto, representante do Ministério da Defesa ou da Aeronáutica, se porventura aqui estiver ou quiser comparecer, porque haverá tempo.

Depois, passarei ao Relator, e, após o Relator, chamarei os Parlamentares, pela ordem de inscrição, que está à disposição dos Parlamentares na Secretaria.

Para iniciarmos esta audiência pública, a primeira atitude que eu gostaria é que nós fizéssemos 1 minuto de silêncio pelas vítimas dos 2 acidentes,



principalmente hoje, por ser uma data que nos deixa a todos muito entristecidos, por completarem 2 meses do acidente com o avião da TAM e estarmos muito próximos, a 12 dias, de completar 1 ano do acidente com o avião da Gol.

Por isso, peço a todos os presentes que dediquem 1 minuto de silêncio às famílias e às vítimas.

(A Comissão presta a homenagem solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado.

Bom, eu vou, inicialmente, convidar os familiares das vítimas do acidente com o avião da Gol. Pode comparecer aqui e falar daqui mesmo a Sra. Ângela Marchi.
(Pausa.)

Vou chamar para ficar aqui na Mesa o Sr. Marcelo Idelfonso, a Sra. Neuza Filippete ou o Sr. Jorge Cavalcanti, quem eles preferirem, a Sra. Carla Guedes ou o Sr. Raul, um ou outro, a Sra. Luciana Siqueira e o Sr. João Mendes Rezende. Todas essas pessoas podem ter acesso à Mesa. Peço à assessoria que providencie cadeiras para todos.

Eu gostaria de manifestar a todos o seguinte: após cumprido esse rito, depois que o Relator e os demais Parlamentares falarem, não significará que nós não poderemos dar oportunidade, dependendo do horário, para que, na medida do possível, todos possam fazer uma manifestação, se assim o desejarem. Nosso objetivo aqui não é restringir, mas apenas colocar um ordenamento temporal para que possamos ter um mínimo de trabalho com objetivo definido. Após esse objetivo ter sido alcançado, não há nenhum problema em auscultarmos as manifestações que porventura possam fazer. Todos são tão vítimas ou tão sofredores quanto qualquer um que possa estar delegado a falar.

E nós gostaríamos é disso mesmo. Esta audiência pública, que foi convocada por requerimento de minha autoria, tem este objetivo: o de que vocês possam aqui não só expressar a dor, porque isso é desnecessário — todos nós já estamos acompanhando essa dor de vocês —, mas que possam expressar aqui os problemas que porventura estejam sofrendo no cotidiano desse processo inteiro, o que inclui assistência das companhias aéreas, o tratamento dado no momento do acidente, o processo indenizatório, tudo aquilo que seja desejo de vocês. Já vi várias placas, várias manifestações sobre plano de saúde, etc. Enfim, tudo aquilo que



vocês tenham vontade de dizer e tudo aquilo que vocês sugeriram, porque nós estamos num processo finito. A CPI tem prazo. Ela acabará no dia 30 de setembro.

O Relator está começando a preparar o seu relatório e vai apresentá-lo até o fim desta semana. Vai começar a apresentar o relatório amanhã e vai continuar a sua apresentação. Então, é muito importante que várias das situações e sugestões que vocês aqui tragam sejam certamente peça assessoria para que o Relator possa levá-las à sua consideração e à consideração dos Parlamentares desta Comissão e do Plenário desta Casa acerca das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra a Sra. Ângela Marchi.

Pediria que tentasse respeitar o prazo de 5 minutos, para que nós pudéssemos dar oportunidade ao maior número de pessoas possível.

A SRA. ANGELITA R. DE MARCHI - Boa-tarde a todos. Apenas uma pequena correção. Meu nome é Angelita de Marchi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Desculpe-me.

A SRA. ANGELITA R. DE MARCHI - Imagina! Bom, eu gostaria de agradecer à Câmara por mais uma vez nos acolher aqui e nos dar a oportunidade de trazer ao conhecimento de todos toda a situação que estamos enfrentando, os problemas que estamos vivenciando. Então, eu gostaria de agradecer a todos os Deputados da Casa e o empenho de todos os colaboradores daqui também, todos os funcionários que nos apoiaram muito. Eu vou fazer um pequeno resumo de como as coisas aconteceram desde o acidente, para os senhores terem noção de como a situação das famílias está. O acidente aconteceu em 29 de setembro de 2006. Os familiares, na ocasião, não tinham nenhuma informação da companhia aérea. Nós fomos receber as primeiras informações às 2h da manhã do dia 30/09. A grande maioria dos familiares dormiu, pousou no aeroporto, ou não dormiu, passou a noite inteira no aeroporto aguardando informações. No dia 30, a companhia aérea Gol estava perdida, sem saber exatamente o que fazer, onde levar os familiares, como lidar com a situação. Alguns familiares foram trazidos pela Gol a Brasília; outros, por conta própria, vieram, porque não agüentavam a espera por informações. Chegando a Brasília, nós fomos alocados em 3 hotéis separados. Nenhuma informação no dia 30 foi passada a ninguém. O nosso desespero era grande. Estávamos todos em



choque. Muitos psicólogos foram colocados, muitos remédios foram dados aos familiares, mas nenhuma informação. Cansados, no dia 1º cedo... No dia 30 à noite, resolvemos que tínhamos que formar uma comissão e que tínhamos que exigir respostas, exigir informações. No dia 1º, nós fomos à imprensa pela manhã e solicitamos que alguém se manifestasse, porque nada acontecia. E o desespero das famílias era geral. A ANAC mandou 2 representantes, então, às 15h — 3h da tarde — do dia 1º/10, e esses representantes não tinham nenhuma informação para passar às famílias. Eles não sabiam o que estava acontecendo. Eles apenas foram lá porque fomos à imprensa solicitar isso. A Aeronáutica, no final da tarde, esteve no hotel com os familiares dizendo que estava tentando descer ao local onde se encontrava a aeronave. As famílias solicitaram, no mesmo dia, ir ao local do acidente. As famílias solicitaram uma audiência com o Ministro da Defesa, que até então não havia se manifestado. À noite, os familiares invadiram o aeroporto porque a Diretora da ANAC Denise Abreu ia dar uma coletiva. Ela ia dar uma coletiva à imprensa, passar informações para a imprensa, e nenhuma informação tinha sido passada para os familiares. O nosso desespero por informação era muito grande. Fomos lá. Foi muito estressante para os familiares. Os familiares estavam desesperados por informação e ela se negou a atender os familiares. Disse que atenderia a um pequeno grupo, de 6 pessoas, apenas. Nós exigimos que ela falasse com todos porque a dor era igualmente de todos e seria um desrespeito ela não nos atender. Ela disse que não atenderia. Foi para a coletiva. Nós invadimos o aeroporto, invadimos a sala de coletivas, e ela, então, resolveu nos atender. Ela foi grossa, desrespeitosa. Ela entrou na sala dizendo que ela gostaria de passar um recado: enquanto ela falava, todos deviam estar quietos. Se alguém falasse junto com ela, ela se retiraria. Ela não estava numa reunião de negócios; ela estava lidando com pessoas que estavam na sua imensa dor, dor incalculável. Ela foi fria e desrespeitosa. E depois teve o incidente onde ela se dirigiu a um familiar dizendo que nós éramos inteligentes e perguntando o que esperávamos receber depois de um avião ter caído. Corpos? Isso causou muito trauma em muitos familiares. No dia 2/10, a Aeronáutica levou um pequeno grupo de familiares ao local. O Ministro da Defesa recebeu os familiares às 17h. Nesse dia, tanto o Ministério da Defesa quanto a Aeronáutica nos garantiram que seria possível que tivéssemos um perito



internacional acompanhando as investigações, representando os familiares. Isso nunca aconteceu. Nós brigamos muito por isso e nunca foi permitido. No dia 3/10, o IML veio ao hotel falar com os familiares. Nós sugerimos diversas situações que minimizariam a dor dos familiares, que era incalculável: o hotel disponibilizou quartos para que a coleta de sangue fosse feita no próprio hotel, evitando, assim, o deslocamento dos familiares, que não tinham condições psicológicas de ir até o IML; o Exército ofereceu pessoas para que essa coleta de informações e coleta de sangue pudesse acontecer. Então, nós tínhamos espaço, tínhamos pessoal. Um familiar conseguiu 400 *kits* de DNA doados para que fosse facilitado esse tipo de trabalho. Nada disso foi aceito pelo IML. O Diretor do IML disse que ele tinha condições de fazer tudo isso. Nós constatamos que o IML estava despreparado. Não tinha estrutura para isso. Os familiares foram atendidos junto com toda a situação de cotidiano de Brasília: presos, etc. Havia uma rebelião no mesmo dia. As famílias estavam numa situação triste, difícil, e eles não tinham nem cadeiras para colocar familiares que estavam passando mal. Era um total despreparo, mas eles não aceitaram a nossa ajuda. No dia 4/10, chegaram os primeiros corpos a Brasília. Os corpos pousaram num caminhão frigorífico. Inclusive o corpo do meu marido estava dentro. Familiares foram ao IML às 6h da manhã para acompanhar os trabalhos. As primeiras pessoas começaram a chegar para trabalhar às 9h da manhã. Nós solicitamos que mais pessoas fossem colocadas para que agilizasse esse trabalho. Isso foi atendido. Mas foi solicitação dos familiares. No dia 5/10, as famílias recebiam as notícias dos primeiros reconhecimentos de corpos pela Internet, o que chocou muitos familiares. E a partir daí houve o compromisso de que os familiares seriam avisados antes da publicação na mídia. Nós fomos à Procuradoria Regional dos Direitos Humanos no mesmo dia, 5/10, solicitar que houvesse a quebra de sigilo da caixa-preta e que os familiares tivessem acesso a toda a investigação. A partir desse mês de outubro, começaram os grandes problemas das famílias. A Aeronáutica colocou às famílias uma reunião de tempos em tempos. A princípio, era para ser mensal; acabou sendo de 2 em 2 meses; e o tempo foi aumentando, devido à falta de informações novas. Essas reuniões aconteceram sempre em Brasília. Os familiares não tiveram nenhuma ajuda da companhia aérea, muito embora ela tenha sido solicitada em todas as vezes, para que pudessem vir a Brasília e acompanhar



essas reuniões do CENIPA. O Ministério Público solicitou as bagagens que estavam em poder da Gol e que seriam devolvidas pela Gol a todos os familiares. Quando o Ministério Público recebeu todos esses pertences, começou um trabalho de devolução aos familiares, um trabalho em que eles fizeram o melhor que puderam, mas foi muito falho. Este é um ponto que nós, familiares, gostaríamos que fosse bastante trabalhado, talvez aqui pela Câmara, de se ter uma organização para uma situação dessas: criarem regulamentos de como funcionaria, como as coisas devem acontecer para minimizar todos os problemas que nós enfrentamos. No dia em que o Ministério Público disponibilizou às famílias os objetos, para que eles fossem identificados, nós solicitamos passagens à Gol para que os familiares pudessem vir e fazer essa verificação e nos foi negado. No dia 31/01, solicitamos uma audiência com o Presidente da República. Ficamos 1 mês solicitando, enviando *e-mails*, fazendo ligações ao Gabinete, e, no dia 28/02, houve a negativa dessa audiência. No dia 3/08, viemos a Brasília e fizemos um manifesto, para que fôssemos recebidos pelo Presidente da República. Fomos recebido por sua assessora, que colocou aos familiares que tentaria, faria um empenho pessoal para que fôssemos recebidos. Não tivemos resposta até hoje, embora tenhamos vários *e-mails* de cobrança sobre essa audiência. No dia 28/05, entregamos uma carta ao Ministro da Justiça, que disse que abriria uma agenda para conversar com os familiares sobre cada tópico do que foi colocado nesta carta. Aguardamos até hoje esse contato. No dia 08/08, entregamos uma carta ao novo Ministro da Defesa Civil. Ele está em estudo sobre a carta, disse que nos dará uma resposta oficial sobre nossas solicitações. Ainda aguardamos também resposta. Diversas cartas, diversos *e-mails* foram enviados à Gol, solicitando que o plano de saúde das famílias seja renovado. Vários familiares estão em situação de tratamento psicológico, e muitos familiares perderam o provedor da família. E as esposas, os filhos, os pais, os maridos ou cônjuges, enfim, todos os familiares estão muito apreensivos, porque o plano de saúde termina no dia 30/09 e nós não temos uma resposta oficial se ele vai ser renovado ou não. Nesse caso, a situação dos familiares vem sendo agravada, todo esse tratamento psicológico, porque essa tortura de saber o que vai acontecer está fazendo uma regressão nos trabalhos psicológicos que estão sendo feitos. Tivemos recentemente a denúncia sobre a pilhagem das vítimas do vôo da Gol, onde fomos



até o Senado e, nessa ocasião, a Aeronáutica estava presente. Havia uma reunião para o dia 01/09, quando havia o compromisso de entregar aos familiares um relatório final sobre a investigação. O Brigadeiro Kerson nos informou que não estava concluído e, portanto, ele cancelaria, faria o cancelamento da reunião do dia 01/09. Nós entregamos uma carta, naquele dia, ao Brigadeiro, pedindo que ele mantivesse essa reunião, porque, embora eles não tivessem novidades, os familiares tinham muitas perguntas a fazer. Ele assumiu o compromisso, no Senado, de permanecer com a reunião, e 3 dias depois ele enviou uma carta... Na verdade, ele fez uma carta 3 dias depois que só foi enviada na véspera da reunião à Associação, cancelando essa reunião. Eu tentei argumentar, dizendo que familiares já haviam comprado passagem, já haviam feito reserva em Brasília, mas o posicionamento foi o mesmo, a reunião foi cancelada. Então, essas são as dificuldades que a gente vem enfrentando até o momento. A gente gostaria muito que fosse possível se trabalhar em alguma regulamentação para que as famílias não sofressem tanto, para que não houvesse tanta dificuldade, e a gente bater de porta em porta e não ter respostas, não saber a quem mais recorrer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Muito obrigado, D. Angelita Marchi.

Vou passar a palavra ao Sr. Marcelo Idelfonso.

Vou pedir para tentar sintetizar um pouco. A minha idéia, quando dividi e coloquei mais pessoas, era termos mais gente falando. Se formos no tempo que está, vamos extrapolar demais o horário, o que acaba sendo prejudicial para a própria audiência. Sr. Marcelo, se puder atacar os pontos principais resumidamente, por favor, com a palavra.

O SR. MARCELO IDELFONSO MARQUES DOS SANTOS - Primeiramente, boa-tarde a todos. Gostaria de agradecer o espaço que esta Casa tem dado a este caso, a este problema. Bom, vou iniciar com um *e-mail* de uma das pessoas do grupo do Yahoo, grupo dos familiares do vôo 1907. Ela comenta assim:

“Gente, que história é essa do defensor público estar indo às reuniões com a TAM? Olha, o pessoal da TAM conseguiu 2 anos de assistência médica e ainda fizeram uma carta com não sei quantas exigências, e o



pessoal da Gol nem ao menos nos atende. É um absurdo. Hoje é um dia difícil para todos nós. Estou com meu coração doendo, sangrando, a saudade só aumenta. Era um dia como o de hoje, e foi nesse horário que eles sumiram de nossas vidas para sempre. O que vamos fazer? Será que eles têm idéia que muitos de nós estamos tendo de sustentar famílias inteiras sozinhos, que trabalhamos 24 horas por dia para manter nossas casas, nossos filhos? Será que ele consegue dormir todas as noites sabendo que existem esposas, maridos, filhos, pais, mães chorando madrugada a dentro? Desculpem o desabafo. Mas tenho certeza de que estamos muito próximos ao fim do mundo. Não é possível.”

Bom, a gente verifica que de um acidente para o outro já houve um certo avanço: o Estado já se fez presente junto aos familiares da TAM. Conseguimos, a princípio, 1 ano de seguro saúde, de plano de saúde — a TAM já conseguiu 2. Mas nos preocupa. Será que vai ter que ter um terceiro acidente para se conseguir 3 anos de seguro saúde, um quarto acidente para se conseguir 4? Será que não existe uma legislação neste País onde se ampare as vítimas, ou vai ser necessário sempre ser reativo? Acontece alguma coisa no País, aí a gente providencia que algo aconteça. Vamos dar mais 1 ano, vamos esperar que haja um quinto, um sexto, um sétimo, para que as pessoas possam conseguir? Então, a gente espera que, assim como o Estado foi com os familiares da TAM, em qualquer acidente, sinistro, em qualquer grande calamidade, o Estado esteja presente com os seus cidadãos. Demorou para que se percebesse que caiu um... que se abrisse uma CPI, se fizesse alguma coisa, se descobrisse que caiu um avião nesse País. E vocês hoje podem ver que qualquer um está sujeito, está suscetível a isso, principalmente os políticos que vão aos seus Estados, estão retornando a Brasília. Vocês voam sempre. Então, ninguém melhor do que os políticos para querer que tudo funcione muito bem. Bom, necessitamos da presença do Estado junto com os cidadãos, seja a Defensoria Pública, o Ministério Público, seja o PROCON, seja quem for. Mas o Estado tem que estar próximo. “Vocês estão sendo bem atendidos? Está faltando alguma coisa?”



*Estão enrolando vocês?” O Estado tem que estar junto com os cidadãos. Bom, nos pediram um auxílio em relação à revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19 e dezembro de 1986. Eu fiz uma revisão dessa lei e pude perceber que... Aqui diz: “A operação e a exploração de aeroportos e heliportos, bem como os seus serviços auxiliares, constituem atividade monopolizada da União.” Bom, então, aeroportos, heliportos, o controle de tráfego aéreo, isso tudo é monopólio da União, e ela faz concessões. A gente nota nessa legislação que não há amparo ao cidadão brasileiro como deveria ter. Há penalizações, alguma coisa muito baixa. E podemos perceber também que a União detém o monopólio, mas não cria penalizações para si própria. Ela diz que todo mundo: quem fizer isso, a empresa, será penalizado. Mas para si própria, mesma... E ela é detentora do monopólio, ela é detentora do controle de tráfego aéreo. Em relação a isso, é muito complicado. Todos os *stakeholders*, todos os envolvidos são agentes federais. Deveria se criar uma... alguém isento do processo para que se fiscalizasse, alguém isento do processo para que se pudesse verificar o acidente. E a gente não vê isso; a gente só vê os agentes federais todos envolvidos no mesmo processo. Então, há de se ter uma revisão da legislação. A legislação é falha, ela não protege os seus cidadãos. Se um avião cair em cima da casa de alguém... Fala muito pouco. A indenização é muito falha em relação a isso. Eu gostaria de dar uma participação. Eu sei que já está quase acabando a CPI, mas eu não entendo como é que não chamaram uma pessoa aqui para ser ouvida nesse plenário. Diz assim uma matéria — muita gente vai saber: “Lula troca Comando do espaço aéreo. Em plena crise aérea da Aeronáutica com os controladores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu substituir o Comando do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DCEA, ao qual estão subordinados os centros de controle de tráfego, o Diretor do Departamento, Brigadeiro Paulo Roberto Cardoso Vilarinho.” Tudo aconteceu... Quem estava no controle do tráfego aéreo era o Brigadeiro Vilarinho. Com certeza, chamaram quem assumiu depois, mas a coisa vem há anos. Teria que se estudar o que estava acontecendo no País antes. O Brigadeiro Vilarinho foi exonerado. Nessa época, saiu uma série de documentos na imprensa mostrando que ele já vinha avisando há muito tempo que um problema ia acontecer no País e ninguém fez nada. E ninguém trouxe o Brigadeiro Vilarinho aqui?! Senhores, assim não se resolve! Ele tem que ser*



ouvido. Ele sabe o que estava acontecendo, quem deixou de fazer, o que deixou, o que ele já vinha avisando. Não chamaram. Bom, fica muito difícil a gente resolver. O problema não aconteceu agora. O problema é antes, o problema vem se arrastando há muito tempo. Bom, nós temos um probleminha com a Gol. A Gol a partir de outubro não se responsabiliza pela manutenção do campo do Cemitério Boa Esperança, em Brasília. Isso significa que ela pagou um ano de manutenção, e a partir dali a família vai ter de arcar com as despesas de manutenção do local onde o familiar foi enterrado. A gente gostaria que isso fosse revisto, que a manutenção fosse assumida pela Gol perpetuamente. Gostaria de contar um caso a respeito do plano de saúde que nós estamos pleiteando. A minha cunhada mora em João Pessoa. Perdeu a irmã. E demorou 10 meses, quase 11 meses, para que pudesse cair a ficha e ela começar a sentir problemas psicológicos. A minha cunhada tentou o suicídio agora em agosto. Tentamos com a Gol, que a Gol desse um apoio, um amparo, a Gol se negou. Então, uma grande pergunta para isso, já que não existe na legislação que, em caso de acidente, o responsável tem que cobrir, tem que dar uma assistência médica, psicológica, uma grande pergunta que fica é: será que um ano resolve o problema? Será que em um ano uma pessoa está curada, está pronta para tocar o resto de sua vida? Será que... pessoas ainda não... o tempo de resposta... O tempo das pessoas são diferentes que ainda vamos ter mais à frente pessoas com problemas? Quem garante que em 1 ano, 2 anos, as pessoas estarão prontas, curadas, em condições de seguir normalmente a sua vida? Então, a gente precisa que o Estado ouça isso e nos auxilie. Não é um recado para a Gol. Nós somos cidadãos. Nós precisamos. Aconteceu um caso, alguém tem que vir em nosso favor; ou em nosso favor, ou pelo menos daqui para a frente, para que isso não se repita, caso aconteça com outras pessoas. Em relação — e já vou terminar — ao Estado, tem famílias que perderam o provedor, e o Estado já foi responsabilizado, através do controle de tráfego aéreo. Deveria haver uma pensão administrativa já paga, sem discussão, sem precatório, sem 20 anos, sem 10 anos, para acolher as famílias, para acolher os cidadãos. Nós não podemos ver famílias que perderam o provedor, famílias que estão com problemas hoje, a gente assistir imaginando que um dia uma indenização vai sair. Se o Estado está envolvido através do controle de tráfego aéreo, deveríamos ter uma resposta do Estado dando



uma pensão administrativa às famílias. Nós precisamos que o Estado... Eu teria mais alguma coisa para falar, mas tem muita... Precisamos que o Estado olhe com mais carinho, atenção e respeito a família brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Muito obrigado, Sr. Marcelo. (*Palmas.*)

Com a palavra a Sra. Neuza Filippete.

A SRA. NEUZA FILIPPETE - Boa-tarde a todos. Eu já estive nesta Casa a uns meses atrás. E quando estive nesta Casa, eu e mais um grupo de pessoas, a Salma — vocês devem lembrar e me desculpe chamá-los assim, senhores. Nós viemos aqui trazer informações e pedir ajuda, pedir socorro. Nós chegamos aqui e nós precisamos de ajuda, precisamos de socorro. Eu estou aqui porque eu não quero que outras pessoas passem o que nós passamos. Eu não quero que aconteça... Nós não queremos que aconteça outro acidente, e agora infelizmente nós estamos aqui: família Gol e família TAM. Eu fiz um texto, porque eu ainda não estou curada, tá, gente? De repente, se eu for falar, eu posso me enrolar. Com a sua licença, eu vou ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Fique à vontade.

A SRA. NEUZA FILIPPETE - “À CPI da Câmara. Agradeço pela oportunidade de estar aqui, poder falar e ser ouvida. Início este momento trazendo uma triste realidade sobre o descaso com a saúde pública vivenciado por um amigo” — vocês vão entender por que eu coloquei isso aqui, tá, gente? “Sábado, às 15h, me dirigi ao Hospital de Base. O sogro de meu filho veio passar uns dias aqui em Brasília com a filha. Sentiu-se mal e o médico diagnosticou que precisava fazer uma cirurgia de emergência. Conseguiu interná-lo sexta-feira à tarde.” Quem não conhece o Hospital de Base, é o maior hospital aqui de Brasília que atende emergência. “Chegando lá, fiquei numa fila de identificação. Depois disseram que teria de ir à outra fila, estava na fila errada. Passaram-se uns minutos e, na hora de eu ser atendida, o horário de autorização da visita havia se esgotado.” Era 15h50min e terminava às 15h30min. Eu moro perto, saí de casa às 15h e 15h50min que eu consegui entrar na fila de identificação e não consegui entrar. “A minha nora havia passado a noite no hospital sentada numa cadeira junto com o pai. A outra filha passara o dia com ele, e eu ficaria por um tempo até ela sair” — para ela comer um pouco, tomar um banho,



porque ela tinha vindo de São Paulo. “O próximo horário seria às 19h. Então, eu só poderia entrar às 19h. Insisti, insisti e não teve jeito, só me restava esperar. Sentei numa pequena pedra do outro lado da rua e fiquei observando a cena que se passava em frente ao Hospital de Base” — porque lá não tem cadeira, tem lá dentro um espaço para sentar, mas é muita gente e muito quente, não tinha condição e muito triste —, “esperando a hora chegar para poder entrar. Eram cenas chocantes. Famílias desesperadas choravam sem ter certeza de como estavam seus familiares lá dentro. Outros esperando o corpo desde às 11h da manhã.” Fui conversando com as famílias e elas foram narrando, e eu sentadinha num banquinho, numa pedra, numa pequena pedra. “Ambulâncias chegavam e saiam” — vale uma CPI, viu, gente! —, “e o Sr. Antônio, sogro do meu filho, lá, deitado num salão imenso com centenas de outros pacientes que se estendiam pelos corredores do hospital de igual e até pior situação de saúde, esperando a vez de fazer a cirurgia de emergência no posto 1, sem saber a família que hora seria e se ele agüentaria ou não. As filhas do Sr. Antônio decidiram tirá-lo do Hospital de Base e levá-lo para um hospital particular. Graças a Deus, o Sr. Antônio tem um carro que pode vender e mais 4 filhos que trabalham e se unirão e, se preciso, farão um empréstimo para pagar a cirurgia. E quem não tem tal condição? Fica à mercê, à espera do socorro ou da própria morte? Minhas lágrimas rolaram ao ver tanto descaso.” Gente, eu chorei de verdade. “Eu me perguntava: que País é esse, meu Deus?” Eu vi aquela cena e eu fiquei chocada. “Que País é esse, meu Deus? No dia 29 de setembro de 2006, 154 pessoas, pais, mães, filhos, avós, avôs, crianças entraram felizes no vôo 1907 da Gol. Era sexta-feira e muitas delas voltavam para seu lugar de origem para votar — domingo seria dia das eleições —, outras haviam se mudado, mas nunca tinham transferido seus títulos. A maioria dessas pessoas voltava do trabalho. Aproveitavam e traziam sua família para visitar seus parentes, mães e pais que veriam os filhos, sobrinhos, tios e avós. Os políticos estavam todos se preparando para a vitória nas urnas. Meu marido, Valdomiro Henrique Machado, voltava para casa após dias de trabalho, com o coração transbordando de felicidade por saber que eu estava esperando ansiosamente a sua chegada, sua esposa, eu, filhos, meus filhos, noras e os netos, que corriam ao seu encontro e pulavam no pescoço para dar um abraço apertado de saudade. Desde 1980 que Machado viajava



constantemente a trabalho, e sempre de avião, porque ele ia para Manaus, ele ia para a Região Norte e Nordeste, porque trabalhava na ELETRONORTE. Os anos foram passando. Nossos filhos foram crescendo, casando, nasceram os netos, e a alegria da família aumentava cada vez mais. Até que no dia 29 de setembro de 2006 a espera foi em vão. Ele não voltou para casa. A dor e a tristeza abateram-se sobre a minha família. O alicerce se quebrou esmigalhando meu coração, dos 3 filhos, das 3 noras e dos seus 3 netos, dos parentes e amigos. Até hoje paira a dúvida e a incerteza, restam os questionamentos. Como foi que aconteceu? O jato Legacy conduzido por 2 pilotos americanos se choca com o avião da Gol. A tragédia se abateu sobre a minha família e as famílias que esperavam ansiosamente nos aeroportos ou em suas casas. A espera que era feliz se tornou angustiante, a espera dos corpos que estavam sendo resgatados na selva amazônica. Foram horas, noites, dias de espera, de esperança, até que a esperança ruía no coração de cada família quando as palavras soavam nos ouvidos: o corpo foi identificado. Até hoje vivemos na incerteza, não sabemos a verdade concreta. Só temos a certeza de que o *transponder* do jato Legacy estava desligado, um aparelho que indica a presença de outra aeronave na rota e que a avisa para ser desviada para evitar a colisão. O que restava àquelas famílias que sangravam de dor foi pedir à empresa Gol um plano de saúde aos familiares e que foi fornecido aos parentes mais próximos."Foram fornecidos aos parentes mais próximos assim: à mãe, se a mãe foi, ao pai. Era oferecido à mãe, se o filho era solteiro; à esposa e aos filhos. Se o filho era casado, as mães e avós não tiveram esse direito. Os avós, os netos que são tão próximos, não tiveram esse direito, como a minha neta que era muito grudada ao meu marido. Eu pedi tanto para a Gol: arrume um plano de saúde pelo menos para uma das minhas netas, mas eu não consegui. "Pelo menos uma parte da família está sendo atendida. Aproxima-se um ano da tragédia, as feridas ainda sangram. Cadê a Justiça? Cadê os pilotos? Voltaram para sua terra natal, gente! Vêm depor? Cadê a lei? Cadê a nossa lei? Que País é esse, meu Deus? Não estamos curados. Precisamos de mais auxílio médico e psicológico. Cadê a prorrogação do plano de saúde? Será que essas pessoas acreditam realmente que em 1 ou 2 anos estamos curados? Essa dor é diária, e o seguro deveria ser para toda a vida. Estamos pedindo simplesmente que seja prorrogado. No dia 29 de maio de 2007, o Promotor



Público do Distrito Federal, Dr. Diaulas Costa Ribeiro, fez uma linda homenagem no Jardim Botânico de Brasília com a presença de centenas de familiares” — foi muito linda essa homenagem. Muitos familiares estavam lá. Muita gente que está aqui estava lá. Foi linda a homenagem, e eu agradeço ao Promotor por isso. O Sr. Constantino, dono da empresa aérea Gol e sua esposa estavam presentes também. Fiquei ao lado deles. Olha, gente, foi muito emocionante. Eu estou aqui... Aproveitando a oportunidade de estar sentada ao seu lado me dirigi a ele e solicitei, em nome de todos os familiares, a prorrogação do plano de saúde por pelo menos mais um ano, embora saibamos que tal dor e trauma não serão jamais apagados e que várias pessoas ainda não puderam fazer o uso de tal benefício. Segurando em minhas mãos — aqui foi quando comecei a segurar na mão dele (*mostra foto*), eles começaram a segurar nas minhas mãos; a outra foto não saiu — e olhando nos meus olhos, ele disse: “*Vamos prorrogar sim o plano de saúde.*” Eu segurei na mão dele de novo... “*Olha, eu posso passar isso para os familiares? Vai ser prorrogado o plano de saúde?*” A esposa dele ainda falou para ele: “*Vamos prorrogar o plano de saúde sim. Eles merecem, eles precisam.*” Eu disse: “*Eu preciso e muitas famílias, a maioria delas, precisam.*” Ele disse: “*Vai ser prorrogado o plano de saúde.*” Pedeu meu nome, telefone e *e-mail*. Passei para a secretária dele, que estava ao meu lado. Informei aos familiares dos quais possuo contato e todos ficaram agradecidos. Passaram dias, semanas, nada. Liguei para a secretária dele, que informou que ele estava viajando. Esperei mais alguns dias e voltei a ligar. Depois disso, muitas e muitas outras ligações eu fiz, sempre falando com carinho. Gente, eu ligava toda semana, um dia, 2 dias... me dava assim: “*vou ligar agora, de repente, o Sr. Constantino está lá e me atende*”. Eu queria falar com ele, olhando nos olhos dele. Eu estou esperando, estou aguardando. Passou uma semana, 15 dias, eu disse: “*Olha, se não puder...*” E várias pessoas... “*Eu vou sozinha, qualquer dia, qualquer hora, de madrugada.*” Eu dizia assim para a secretária: “*Se ele não puder atender no horário comercial, pode ser qualquer horário. Somente alguns minutos. Eu resido em Brasília, pode ser de dia, de madrugada, de noite, para mim qualquer horário. Por favor.*” Eu falava sempre com ela, com o maior carinho: “*Oi, é a Neusa.*” Sempre falando, ela sabe quem eu sou. A secretária, sempre simpática, respondia: “*Mas ele não está. Sempre dou seu recado, mas ele é muito ocupado*”. Ele é muito ocupado,



gente. Ele não pode nos atender. Até que ela indicou o advogado que está tratando do caso. Passei a fazer ligações para o Sr. Constantino, Gol, em São Paulo. Também não pôde atender, porque eu pensei: *“De repente, se ele atender, eu vou lá”*. Falei com a advogada Flávia. Ela respondia que estava estudando o caso, sempre por telefone. Até que no grupo do Yahoo, que a maioria acessa, alguém informava que era preciso enviar laudo médico e psicológico para a Gol com urgência. Aí eu pensei: por que laudo médico e psicológico? Eu não estou entendendo. Vai ser prorrogado o plano? Precisa disso? Precisa provar que a gente está sofrendo? Precisa provar que a gente tem dor, gente? Pelo amor de Deus. Eu achei isso aqui... Eu fiquei pasma. Aí enviei *e-mail* para a Dra. Flávia, advogada — e eu tenho aqui uma cópia —, que respondeu para procurar a Rosali; Rosali, psicóloga, explicou que a Gol está pedindo laudos para saber da necessidade das pessoas. Quando eu consegui falar com a Rosali e eu fiquei sabendo que ela era psicóloga — estou terminando o curso de Psicologia —, eu disse: *“Poxa, que maravilha, eu estou falando com uma pessoa que entende, que sabe que a gente está sofrendo e que nós precisamos de mais tempo para nos curar”*. Aí ela disse... Entrei em contato com outras famílias que não têm Internet, não acessam o Yahoo, estavam todas desesperadas por não saber o que fazer. Não estão curadas, precisam continuar o tratamento. E quem mora no interior e não tem acesso a nós, o que será deles? Por que a Gol não procurou diretamente os familiares? A Gol não procurou. Nós que estamos sempre procurando, procurando, procurando, procurando. Por que temos que continuar a nos humilhar, implorar, para conseguirmos um pouco mais da continuidade do plano de saúde para melhorar o nosso sofrimento? Ficar na frente de um hospital, sentada num pedaço de cimento, esperando a vez e, quando conseguir entrar, ficar no posto onde centenas e centenas de pessoas se alojam como podem em macas, umas ao lado das outras, à espera de um socorro ou da morte? Será que é isso que nos resta? Eu não quero acreditar que uma pessoa que olha nos olhos e transmite uma palavra de esperança... essa mesma pessoa vira-nos as costas. Quando disse que viria à CPI, várias pessoas disseram: *“O que você vai fazer lá? Acredita que pode conseguir alguma coisa?”* Eu respondo agora perante os senhores: aqui é um lugar onde me deram a oportunidade de falar e ser ouvida. Por que eu não procuro, gente?!



“*Procure a Gol*”, alguém falou. Eu acho que não. Ninguém conseguiu. Eu tenho de acreditar. Se deixar de acreditar nesta Casa, o que será de milhões e milhões de pessoas que depositaram votos nas urnas com a esperança de mudar nosso País para melhor? Neusa Felipetto Machado, esposa de Valdomiro Henrique Machado. Depois eu tenho aqui... Algumas pessoas que falaram... Eu não sei se tenho tempo... Eu tenho aqui alguns relatos de pessoas que também passam por problemas muitos sérios. Eu não sei se tenho tempo de pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Não, eu acho que... Eu pediria à senhora, para que todos que estão na Mesa pudessem falar... Já tínhamos combinado...

A SRA. NEUSA FELIPETTO MACHADO - Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Eu agradeço à senhora. Ao fim, passado o rito, se não houver mais ninguém que queira se manifestar, acho muito importantes as suas observações, para que a gente possa dar oportunidade a todos. (*Palmas.*)

Vou convidar agora o Sr. Raul Bradley da Cunha.

O SR. RAUL BRADLEY DA CUNHA - Boa-tarde a todos. Inicialmente, queria agradecer ao Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Comissão, ao Deputado Marco Maia, Relator, aos Deputados Gustavo Fruet e Sabino Castelo Branco, que estão presentes, aos membros da Comissão e aos demais Deputados. A gente está tendo um espaço para demonstrar, um espaço institucional que o Estado brasileiro está nos dando, está nos ouvindo, através de V.Exas. Então, antes de mais nada, gostaria de dizer da minha gratidão aos Deputados da Comissão por ceder este espaço institucional para manifestar nossas dores e histórias. Vim aqui hoje por diversos motivos. O primeiro deles, sem dúvida, foi pelo sentimento de perda decorrente do desastre do voo 1907, e esse sentimento de perda, nós que passamos por esse desastre, vimos voltar como um filme quando ocorreu o desastre com o voo 3054 da TAM. Eu perdi um cunhado que se dizia meu filho e meu irmão. Mas poderia estar aqui ainda que não tivesse entre mim e ele nenhum afeto, nenhuma relação de carinho, porque eu vejo a família e principalmente a minha esposa sofrerem muito por conta do que aconteceu. Mas eu não vim apenas para ser mais um parente das vítimas para se emocionar e falar o que sentiu. Eu vim



como cidadão, como advogado que sou, como agente público que atualmente exerce um cargo em comissão, como procurador de um Município, que, como V.Exas. sabem, representa também institucionalmente uma parte do Estado brasileiro. Por conta desse meu exercício e das experiências que eu já tive com o Estado, a gente tenta fazer com que a população seja atendida e utilizamos os recursos até a última instância quando temos conhecimento ou verificamos que as partes estão postulando um direito que é devido. Então, eu gostaria, na qualidade de cidadão, de tentar despertar não V.Exas., membros desta CPI, porque ao abrirem as portas para nós já demonstram ter essa semente plantada em vocês, mas todo o Congresso Nacional, os membros do Congresso Nacional, para o fato de que não pode deixar que o Estado brasileiro continue tratando os seus cidadãos, ou melhor, destratando seus cidadãos da maneira como vem fazendo. Pelas notícias dos jornais sabemos que amanhã V.Exas. iniciarão a leitura do relatório final da Comissão. Mas isso não impede que façamos uma reflexão acerca do que ocorreu e vem ocorrendo com diversas famílias dos vôos em questão. Dentre as vítimas dos acidentes havia gente que seguia vários credos religiosos. Da mesma forma, o desastre não escolhe cor partidária nem matiz ideológico. Então, quando a gente está fazendo críticas, embora a revolta muitas vezes aparente ser contra o Governo de então, nós estamos fazendo críticas à ação do Estado. Não temos a postura de dizer que somos vítimas da Oposição, nem do Governo. Somos cidadãos brasileiros e sentimos na pele a ausência do Estado, a ausência do Poder Público. Com as investigações a que V.Exas. já tiveram acesso, não restam dúvidas de que o Estado brasileiro teve seu percentual de responsabilidade tanto no acidente com o avião da Gol, quanto no acidente com o avião da TAM. No acidente com o avião da Gol é sabido por qualquer pessoa, e V.Exas. já ouviram várias pessoas da área aqui, que não há um acidente, não há uma colisão entre 2 aviões. Por mais que tenha havido um erro dos pilotos ou uma falha mecânica que ocasionou o desligamento do *transponder*, é impossível haver uma colisão de 2 aviões no ar sem a participação ou omissão do Controle de Tráfego Aéreo. Não queremos com isso dizer que obrigatoriamente o País viva um caos por conta do evento de uma colisão. Mas o fato de ter havido a colisão implica responsabilidade do Estado brasileiro. Nós somos vítimas do Estado brasileiro. Da mesma forma, no caso da TAM, após



algumas semanas, foi divulgado que para liberar a pista a União utilizou documento, que depois se disse não teria validade, assinado pela então Diretoria da ANAC, dizendo que a pista estaria liberada apenas para os aviões que estivessem com os reversos funcionando. Então, nesses 2 casos, não há dúvida de que o Estado brasileiro é responsável e de que nós somos sobreviventes, vítimas sobreviventes, porque não estávamos no avião, mas somos vítimas de condutas ou de omissões do Estado brasileiro. Então, é isso o que eu queria deixar bem claro, e queria que ficasse bem evidenciado. Acho que é uma coisa que deveria, com a licença de V.Exas., constar no relatório, que há uma responsabilidade do Estado que não pode ser posta de lado. Em relação ao nosso acidente, o vôo da Gol era um pouco a representação de todo o País. Tinha gente de várias classes sociais, tinha gente de vários lugares do País. No vôo da TAM houve mais uma concentração de vítimas de 2 Estados específicos, do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Mas, infelizmente, no vôo da TAM, já tivemos uma vítima que era um ilustre membro desta Casa. Então, a gente queria pedir a vocês mais atenção ainda, porque não é uma coisa distante. Talvez V.Exa. sejam, com suas viagens de volta às bases, quem mais utiliza o sistema aéreo nacional no País. Então, é muito importante chamar a atenção de que isso está muito perto. Em minha experiência pessoal, quando disseram que caiu um avião e que meu cunhado estaria dentro, não quis acreditar que pudesse acontecer isso tão perto de mim. Mas aconteceu perto de todos nós e aconteceu perto de V.Exas., porque, tal qual o Deputado Júlio Redecker, que estava naquela aeronave, qualquer um de V.Exas. poderia estar. Então, queria chamar a atenção para isso, para quão pouco o nosso Direito, nossas instituições valorizam a vida, até na hora de calcular o quanto essa perda representa para as famílias. Eu queria voltar um pouquinho a um guia que fiz aqui, só para não me perder muito no tempo. Nós, como vítimas vivas, temos legitimidade tanto para agradecer às instituições que funcionaram — a gente não pode negar que houve sucesso no resgate dos corpos, no reconhecimento das vítimas, na expedição de certidões de óbito, com os funcionários dos cartórios disponíveis para a gente, ajudando sempre —, mas também temos legitimidade para apontar os equívocos, denunciar os desmandos e a falta de apoio por parte daqueles que, sendo servidores públicos, servem como se estivessem fazendo favor, como se servir não fosse sua obrigação funcional. Às



vezes, quando a gente chega com uma crítica ou com uma reclamação, porque algo não saiu como deveria, ou houve alguma falha, as pessoas tentam logo partir para o desrespeito aos familiares, como se quisessem fazer exigências que não coubessem, colocando-se na condição de que fizeram tudo o que estava ao alcance. Nós não estamos questionando se foi feito tudo o que estava ao alcance de quem trabalhou, mas estamos constatando que, se foi feito tudo, ainda falta muito para o Estado brasileiro fazer em prol de quem sofre ou de quem é vítima de um acidente dessa monta. É isto que a gente queria que ficasse claro: que não somos ingratos, que não deixamos de reconhecer os méritos, as dificuldades que foram enfrentadas, mas também nós não podemos ficar omissos e calados em relação aos problemas e às coisas que a gente detectou, os defeitos também, as falhas do aparelho estatal. Particularmente, venho aqui também como um cidadão que não contratou nem orientou a família de minha esposa a contratar nenhum advogado no exterior, porque ainda tenho esperança de que o Estado brasileiro, que, como eu já disse antes, foi culpado por ambos os acidentes, não fará com que as famílias batam às portas do Poder Judiciário, para que a Advocacia da União, com seus prazos em dobro, recorra até a última instância, fazendo com que aguardemos mais de 10 anos para ver uma sentença transitar em julgado e outro tanto para o precatório ser pago para a indenização das famílias. A gente tem muitas experiências até em relação às vítimas da ditadura militar, em que foi parametrizada indenização aos parentes mais próximos, e talvez, como sugestão, possa sair desta CPI um projeto de lei nesse sentido. Verificando-se que houve culpa do Estado, que se indenizem essas famílias, independentemente da busca ao Poder Judiciário. Sinceramente, como advogado e professor de Direito, fico constrangido em ter que orientar a minha família e dizer: *“Não, para você exercitar seus direitos no acidente ocorrido no Brasil você tem que ir para os Estados Unidos, porque se você for esperar no Brasil, você vai aguardar 10, 15, 20 anos, ou então vai ter que se submeter a um acordo muitas vezes humilhante”*. Era essa a mensagem que eu queria deixar, e um chamado. Hoje, nós que estamos aqui, Neusa já falou, outras pessoas já falaram, estamos muito mais agindo ou falando para que esse aparelho estatal tenha um funcionamento regular, para que as próximas vítimas — e se Deus quiser, que não existam —, se houver outro acidente, não passem por tudo aquilo



que a gente passou. Então, algumas coisas são bem marcantes e acho que têm que ficar. E não sei se a lei resolveria, mas acho que o Estado, como o Marcelo falou antes, sendo o setor aéreo monopólio estatal, tem condições de impor multas ou, por exemplo, a ter alguma norma que obrigue a indenizar essas vítimas e repasse essa indenização, se for culpa da companhia aérea, através de uma multa, e se a companhia não pagar a multa, vai perder a concessão do seu vôo. O Estado tem instrumentos de cobrança e de pressão sobre essas companhias aéreas muito maior do que nós, cidadãos. O Estado, por ser órgão concedente, vai dizer: *“Ou você paga a multa, ou sua concessão vai caducar”*. O Estado pode fazer isso. Então, a gente age aqui muito mais como cidadão, como eu disse. E eu acho que a gente não precisa que este País viva uma guerra para que a gente seja patriota. A gente pode ser patriota sem precisar viver num estado de guerra. É necessário que haja, em decorrência de qualquer acidente dessa monta, de qualquer acidente de grande vulto — que no Brasil, infelizmente, nossas instituições não estão preparadas para enfrentar —, a concessão de imediato de plano de saúde ou de pelo menos tratamento psicológico às pessoas mais próximas às vítimas, sem medir não só a questão de consangüinidade, você pode ter pessoas que pela proximidade, por viver junto podem ter necessidade desse tratamento psicológico. E como o Marcelo falou, já houve gente que tentou se suicidar e teve gente que já falou em se suicidar também. A gente tem poucos casos de tentativa, mas de falar a gente tem muitos, de gente que não entende que há, sim, mais razões para viver. E ficar medindo quanto tempo vai durar um tratamento psicológico. Ora, como a gente vai medir o tempo de um tratamento psicológico? É uma coisa totalmente fora do controle. Já falei antes da questão da indenização das famílias pelo Estado, seguindo os parâmetros já existentes. A questão do dano moral é muito importante. E o Congresso talvez neste momento... a gente queria estimular vocês para a questão de alguma regulação objetiva em relação a dano moral. Porque o que estamos vivendo hoje? Uma empresa aérea termina transformando um acidente aéreo, desculpem-me a franqueza, numa operação lucrativa. Porque ela obtém o seguro, não indeniza as famílias, vai indenizando com o rendimento do seguro, e/ou renova a sua frota ou adquire novas linhas com o valor que recebeu do seguro, enquanto as famílias estão precisando de auxílio, estão precisando de amparo. Então, a gente



tem que ter algum instrumento que faça a proporção dessas indenizações das famílias com o valor do seguro das companhias aéreas. Não se pode permitir no Direito que o acidente ou o desastre seja lucrativo para a companhia, está certo? Tudo bem que ela seja reparada pelo que ela gastar, até repor a aeronave, mas ela ter lucro, acho que isso humilha ainda mais todos nós, parentes e amigos de vítimas. Finalmente, em relação as minhas colocações pessoais, tinha duas coisas bem importantes para dizer: que se defina o órgão de apoio institucional às famílias em caso de grandes desastres. A gente não quer saber se a responsabilidade é da ANAC, se é da Defesa Civil, se é da Polícia Militar, da Aeronáutica, da INFRAERO, a gente não quer saber qual o órgão, a gente quer que exista no aparelho estatal alguém capaz de prestar assistência às famílias de forma eficaz. O Marcelo falou alguma coisa que, quando se lê um texto, pode parecer contraditório. A gente não questionou, mas a gente chegou a uma constatação de que para as famílias terem o mínimo de apoio do Estado parece que é preciso que o acidente ocorra dentro de um grande centro urbano e de um Estado rico, porque o pessoal, as vítimas do acidente da TAM conseguiram assistência de Defensoria Pública, de PROCON, porque o acidente ocorreu em São Paulo. O acidente com o vôo da Gol ocorreu em plena selva amazônica, em Mato Grosso, não tinha nenhuma vítima do Estado de Mato Grosso no avião, então, não houve nenhum interesse das instituições estatais de Mato Grosso em ajudar as famílias, em cooperar com as famílias. O inquérito corre lá numa cidade distante, o que dificulta o acesso dos familiares, o acesso dos advogados. E não há nenhuma previsão de, no caso de um grande desastre como esse, de repente, se avocar para Brasília ou para o ponto de partida ou de chegada da aeronave. Algumas coisas nesse sentido acho que facilitariam às famílias o exercício dos seus direitos. E o mais chocante que a gente viu se repetir em relação ao acidente da TAM: o descaso na divulgação da lista dos passageiros. O vôo 1907 desapareceu às 5 horas da tarde. O acidente com a TAM foi um pouquinho mais tarde, mas foi mais ou menos nessa hora. Em todos os casos, a divulgação da lista de passageiros se deu na madrugada, já, 1, 2 horas da manhã. Todos os familiares com quem a gente entrou em contato tinham ligado para a companhia, deixado o número para que se retornasse e confirmasse se o familiar estava ou não na aeronave, e ninguém recebeu telefone de retorno para confirmar isso. No caso do



vôo 3054, a divulgação ainda se deu pela imprensa, porque no vôo 1907, se deu na sala reservada, a gente soube pela imprensa porque não estávamos em Brasília. Mas tudo isso são coisas que só fazem... Não é possível que uma empresa aérea, diante de um acidente, tenha que aguardar 6 horas, 7 horas para divulgar uma lista de passageiros. Só quem passou por esses momentos de angústia, de incerteza, sabe o que são esses momentos de sofrimento. Então, tudo o que já se falou aqui acerca de planos de saúde, de atendimento, acho que eu tinha que ratificar. E queria mais uma vez agradecer aos Deputados que compõem esta CPI, aos Deputados que estão presentes e pedir que V.Exas. não permitam que o fim da CPI faça com que esse problema caia no esquecimento, que a gente consiga tirar desta CPI frutos não para nós, não para as vítimas que ficaram, mas para a sociedade como um todo. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Sr. Raul.

Vou passar a palavra ao Sr. João Mendes Rezende, por 5 minutos, já que houve uma extrapolação. Colocamos um número maior com o compromisso de ter menor tempo de utilização. Então, vou pedir que, por gentileza, respeite os 5 minutos.

O SR. JOÃO MENDES REZENDE - Vou ser bem breve. Exmo. Sr. Presidente Eduardo Cunha, digníssimo representante desta Comissão, Exmo. Sr. Relator Marco Maia, Exmos. Srs. Deputados, senhoras e senhores, povo brasileiro, estamos aqui para relatar um pouco da nossa angústia, do nosso sentimento. E esta Casa, que representa o povo, que representa a sociedade, nada mais justo do que dar esta oportunidade de falarmos, sermos ouvidos e obtermos destes Deputados que aqui estão aquilo que necessitamos, porque é mais uma demonstração de que a corrupção brasileira pode ter fim. O dinheiro não pode mais ir para o ralo. O dinheiro tem que ter um destino certo, que é o povo brasileiro, do qual fazemos parte. Podemos lembrar aqui que, como representante de minha filha, que foi, sem sombra de dúvida, uma heroína, estando em Manaus, aos 22 anos, iria cursar o quarto ano de Medicina, e mesmo naquela época, como estudante, já havia descido o Rio Amazonas, atendendo os ribeirinhos, onde muitos Deputados, nem Senadores, nem o Presidente foram. Mas ela fez. E ela era uma simples pessoa, uma simples passageira que estava no avião da Gol, em relação a todos os passageiros que ali



estavam presentes, porque eram muito mais que ela. Mas o avião da Gol teve o mesmo destino que teve o de um ex-Presidente da República, da época da ditadura, Humberto de Alencar Castello Branco, também abatido por outro, que era controlado pela Aeronáutica. Portanto, vários anos se passaram e ainda estamos vivendo os resquícios e os vícios da ditadura. Por isso estamos aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, para unirmos, para juntos darmos uma solução para os problemas dos parentes dessas vítimas, porque, se quando caiu o vôo, o avião Fokker 100, da TAM, tivesse prendido o dono da empresa, com a porta aberta no ar, talvez o reverso tivesse sido consertado e não estariam aqui duas famílias, a Gol e a TAM, unidas para dar uma solução à desgraça que vem trazendo essa administração da Aeronáutica. (*Palmas.*) É bom lembrar... Não me recordo se foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso ou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que indenizou as famílias, imediatamente, quando o foguete brasileiro pegou fogo. Não se sabe quem sabotou, o que é que aconteceu, mas os parentes receberam um pouco, não mataram a dignidade deles, mas tiraram um pouco do sofrimento que passamos e que nossas famílias estão passando. Eu quero fazer, Sr. Presidente, um agradecimento especial à UFAM, Universidade Federal do Amazonas, que publicou neste ano, na *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, 4 trabalhos da minha filha, como estudante. Então, ela não era só estudante, ela era uma cientista. Imaginem os outros. Quem eram? Pais e mães, pessoas muito mais responsáveis e que estavam trazendo para o Brasil aquilo de que precisa: o suporte para dar continuidade a qualquer Governo que entre aqui. E nós não podemos mais, Sr. Presidente, viver os vícios da ditadura de dizer que não tem dinheiro. Mas tem dinheiro para a corrupção. E esta Casa está demonstrando que esse dinheiro não vai mais para o ralo, não vai mais para a corrupção, mas vai para indenizar as vítimas da Gol e as vítimas da TAM, que estão aqui presentes. (*Palmas.*) Eu quero, com muita humildade, agradecer a V.Exa. e ao Relator pela hombridade, pela dignidade e pelo apoio que têm dado às vítimas. E o povo brasileiro sabe agradecer, porque, quando o Ministro Waldir Pires mandou a Aeronáutica e o Exército retirarem os nossos parentes da mata, o Lula ganhou as eleições outra vez. Porque o Lula demonstrou que, embora torneiro mecânico, era competente para administrar o Brasil. E eu tenho certeza de que nós, nesta semana ou o mais breve possível, iremos receber do Lula, do



Governo brasileiro, uma indenização digna para que nós possamos esperar a indenização da Justiça, que é morosa, rancorosa e odiosa, e que não cumpre o papel do Estado. Mas eu tenho certeza de que o Lula vai fazer isso, Sr. Presidente. Mas vai fazer por quê? Porque V.Exa. e o Relator vão interferir em defesa dos parentes da TAM e dos parentes da Gol, porque são homens dignos e, junto com os demais Deputados, merecem o nosso respeito, a nossa confiança. Eu quero agradecer também, especialmente, à imprensa, que deu todo apoio a nós, e continua dando, cobrando do Governo, porque o papel do Governo é viver em função do povo, e não o povo em função do Governo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir.

O SR. JOÃO MENDES DE REZENDE - Encerro as minhas palavras dizendo um ultimo verso para a minha filha: faça de sua vida um sonho, do sonho uma realidade, da recordação uma lembrança, e da lembrança uma saudade. Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Muito obrigado, Sr. João.

Com a palavra a Sra. Luciana Siqueira, por 5 minutos.

A SRA. LUCIANA SIQUEIRA - Boa-tarde a todos. Eu sou Luciana Siqueira, irmã de Plínio Luís Siqueira Júnior. Faço parte da associação desde o início, num quarto de hotel aqui, em Brasília, onde ela foi formada. Infelizmente, somos órfãos dessa situação toda desde o início até hoje. A associação entregou — só relatando e deixando marcado — um documento ao Sr. Constantino Júnior, na CPI, aqui na Câmara, no dia 31 de maio, onde colocamos as nossas reivindicações, e até hoje ele não deu nenhuma resposta. Solicitamos, aos familiares, laudos médicos para comprovar que os tratamentos ainda estão em andamento. Estamos fazendo agora uma programação para uma homenagem, no dia 29 de setembro, onde homenagearemos um ano do acidente. E, com isso, precisamos que os familiares de outros Estados também possam comparecer aqui em Brasília e o apoio da Gol para essas passagens. Hoje conseguimos, depois de um ano — estamos vindo freqüentemente a Brasília —, algumas passagens, às 8 horas da manhã, providenciadas pela Gol. Muitos familiares não conseguiram o voo para hoje participar da CPI. Gostaríamos que isso fosse solicitado com mais antecedência, para que, no dia 29, a gente possa fazer a nossa homenagem. Eu vou ler um breve



relato de uma familiar de Curitiba, Rosane, que não pôde estar presente, e que, após perder o marido, não anda mais de avião:

“Como viúva de Rolf Fernandino Gutjahr, um dos passageiros vítima do acidente envolvendo o voo da Gol 1907, recorro mais uma vez a esta Casa solicitando que a justiça seja feita pelos fatos que posso lembrar. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, membros da Aeronáutica afirmaram que na caixa-preta do Boeing da Gol havia apenas 53 segundos de ruídos e sons de alarme. Entretanto, a jornalista Eliane Cantanhêde, da Folha de S.Paulo, publicou em sua coluna dados contrários aos dos depoimentos da CPI, afirmando que os pilotos diziam “calma, calma”. Nós, familiares das vítimas, jamais tivemos acesso a esse material, nem mesmo os nossos advogados. Agora questiono a esta Comissão como os advogados dos pilotos americanos e alguns jornalistas puderam acessar esse teor, e nós, não. É evidente, pelo material publicado no jornal Folha de S.Paulo, que os integrantes do CENIPA, a Aeronáutica, omitiram fatos em seus depoimentos na CPI do Senado. Em relação ao acidente, existe um laudo realizado por um órgão internacional, especializado em acidentes aéreos, que relata que o jato Legacy bateu a asa esquerda na asa direita do Boeing da Gol. Essa mesma opinião foi colocada anteriormente por um comandante brasileiro, especialista em acidentes aéreos, em uma matéria publicada no programa Domingo Espetacular. Este laudo, dessa forma, comprova que, com o tipo de avaria sofrida pelo Legacy, o mesmo não poderia ter batido asa esquerda com asa esquerda. Em 2 de setembro do corrente ano, estava agendada uma reunião do CENIPA



junto aos familiares do vôo da Gol. Essa reunião foi cancelada sem justificativas.

Já foi amplamente divulgado que alguns destroços do avião da Gol foram incinerados, antes mesmo de encerrado o processo investigatório. Segundo a Aeronáutica, esse procedimento foi realizado pela Gol, que, em contrapartida, acusa a Aeronáutica.

De toda a situação, ambas apenas informam que tal procedimento foi tomado para que as pessoas não reutilizassem o material. Agora pergunto: não existem galpões ou depósitos para deixar esse material até o final das investigações? O que de fato foi incinerado? Isso não é eliminar provas, eliminar evidências, prejudicar o desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão?

Quanto aos pertences, não temos como acusar ninguém. Apenas relatamos que houve a pilhagem, e cobramos da Aeronáutica uma resposta. Afinal, foi esse órgão que assumiu publicamente a responsabilidade pelo local do acidente.

Não queremos as pulseiras, anéis, relógios, mas, sim, queremos o respeito aos nossos familiares e que a verdade nos seja dita.

Quanto ao Brigadeiro Kersul afirmar que nós, familiares das vítimas, somos suspeitos por esse roubo, lembro que os 5 familiares que estiveram no local do acidente foram acompanhados a cada minuto pelos oficiais da Aeronáutica; inclusive o meu irmão estava presente.

Em depoimento nessa respeitosa Casa, o então Presidente da Gol, Sr. Constantino Neto, informou que daria total apoio aos familiares. Particularmente, gostaria



de saber quais são as atitudes de apoio realizadas e para quem, pois desconheço qualquer fato.

No que tange aos pilotos americanos, foram comprovados o desligamento do aparelho transponder, o desrespeito ao plano de vôo por parte dos mesmos e o desconhecimento da operacionalidade da aeronave.

Mesmo com as comprovações, neste instante, Excelências, eles estão nos Estados Unidos, com suas vidas transcorrendo normalmente. O jornalista Joe Sharkey, tripulante do Legacy, publica em seu blog que o povo brasileiro é estúpido: “Brasil, terra de tupiniquins e das bananas”.

Sou mãe de uma menina de 5 anos, e quero dar a ela a dignidade do pai. E isso só será possível se os órgãos competentes agirem com razão e justiça, em nome da dignidade humana.

Assim, clamo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito apoio nos esclarecimentos e no restauro do respeito às vítimas do vôo da Gol 1907 e de seus familiares, restabelecendo a justiça no seio da Nação brasileira.

Ao final, requeremos que seja procedida à juntada da presente missiva aos autos de investigação desta Comissão, para fins de análise pelo digno Relator e julgamento dos seus membros.”

Esse é o relato da Rosane, que eu assino embaixo, como todos os outros familiares aqui presentes também. E deixo o meu pedido de que essa história tenha um fim. Eu não pedi para fazer parte dessa história, como nenhum familiar aqui pediu. A minha família foi destruída com esse acidente. Nós nunca mais seremos os mesmos. Infelizmente, encontramos outras famílias com a mesma dor, e só eles sabem o que nós sentimos. Só quem passa por isso sabe os órfãos que nós somos



e a dureza que é você ter que correr atrás das coisas e não ser amparada por ninguém. Eu deixo aqui o meu pedido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Muito obrigado.

Eu agradeço aos parentes e aos representantes das famílias das vítimas do acidente com o avião da Gol a presença. Eu vou convidá-los para que tomem assento nas bancadas.

Convido para tomar assento à mesa os representantes das famílias das vítimas do acidente com o avião da TAM: Sr. Dario Scott, Sr. Luiz Salcedo, Sr. Archelau Xavier, Sr. Luiz Moysés, Sr. Antonio Siqueira, Sra. Katia Bronsztein.

Por favor, tomem assento aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Convido para fazer uso da palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Dario Scott.

O SR. DARIO SCOTT - Obrigado, Sr. Deputado. Em primeiro lugar, quero agradecer à Câmara a oportunidade de os familiares se manifestarem nesta CPI. Agradeço também a todos os Deputados envolvidos em encontrar uma solução para a crise aérea deste País. Escrevi algo que gostaria de ler, para ser o mais breve possível. O acidente da TAM, vôo JJ3054, de 17 de julho de 2007, vitimou minha única filha, Thaís Volpi Scott, de 14 anos, juntamente com outras 198 vítimas dessa tragédia. Em um primeiro momento, todos os familiares uniram forças para procurar informação sobre os trabalhos do IML. Nesse sentido, tivemos o apoio do Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Segurança Pública, que permitiu que uma comissão formada por 5 familiares de vítimas tivesse acesso a todos os trabalhos dessa instituição, inclusive laboratório da polícia científica, onde foi processado o DNA das vítimas. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul também apoiou as famílias das vítimas desse acidente, através de uma força-tarefa enviada a São Paulo para dar apoio aos familiares. Obtivemos também apoio da Defensoria Pública, Ministério Público e PROCON do Estado de São Paulo, bem como da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, para auxiliar os familiares das vítimas quanto aos problemas que surgiram em decorrência dessa tragédia. Agradeço aqui, também, o apoio que tivemos dos familiares das vítimas do vôo da Gol e do outro acidente da TAM, também ocorrido em Congonhas, que nos deram muitas informações para que nos organizássemos nesse momento de dor.



Agradeço, também, ao Exmo. Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que solicitou uma reunião com os familiares das vítimas no dia 14 de agosto, em Porto Alegre, devido ao grande número de vítimas do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse encontro, o Sr. Ministro nos informou que o Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lhe havia dado autonomia para tratar de problemas referentes ao acidente da TAM e ao caos aéreo neste País. Nesse mesmo encontro, o Sr. Ministro desmarcou uma reunião agendada com a INFRAERO para atender o nosso convite e para que ouvisse também os familiares das vítimas do voo TAM JJ3054, que se reuniram em São Paulo, nos dias 16 e 17 de agosto. Na oportunidade, em São Paulo, o Sr. Ministro atendeu o pedido de familiares no tocante a criar uma comissão de familiares para acompanhar as investigações sobre o que de fato ocorreu no acidente do voo TAM JJ3054. Hoje, 2 meses depois dessa tragédia, os familiares clamam por transparência na apuração dos fatos e que, uma vez apontados os responsáveis, que os mesmos sejam punidos. As empresas de transporte aéreo transportam vidas humanas, que, independente de raça, cor, nacionalidade, idade e *status* social, não têm preço. Nesse sentido, acredito que a empresa TAM, que tem a responsabilidade objetiva sobre o ocorrido, deva ser punida, para que não corra mais riscos desnecessários, como por exemplo voar com o reverso pinado. Exmos. Srs. Deputados, pergunto: por que o avião do Presidente da República não pode voar com o reverso pinado e o do cidadão comum pode voar assim por 10 dias? Estamos falando de vidas humanas. Portanto, devemos ter um único procedimento. Se é seguro voar 10 dias sem reverso, isso deve ser aplicado para todos, sem exceção. Para mim, uma aeronave que não está 100% operar com a carga quase completa, para efetuar um pouso em um aeroporto com pista curta e escorregadia, devido ao mau tempo, é negligência. Tivemos, ontem, também, um problema com uma aeronave da BRA, no Aeroporto Salgado Filho. O que vemos, Srs. Deputados, é que essa incidência de acidentes e problemas são cada vez mais recorrentes. E, nesse sentido, eu peço a esta Casa que, neste trabalho da CPI, ajude a formular regras claras e objetivas para que tenhamos, realmente, uma fiscalização. Temos um órgão criado, a ANAC, para essa fiscalização. Mas me parece que essa fiscalização não está ocorrendo. As coisas continuam acontecendo, e cada vez com mais recorrência. Espero não presenciar uma nova tragédia como



essa que vitimou minha filha e tantas outras pessoas. E, nesse sentido, o que queremos mesmo é justiça. É o que peço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Sr. Dario Scott.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Luiz Salcedo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO SALCEDO - Exmo. Sr. Deputado Eduardo Cunha, Vice-Presidente desta CPI e que preside esta sessão; Exmo. Sr. Deputado Marco Maia, do PT do Rio Grande do Sul, Relator desta CPI; demais Deputados presentes; amigos e parentes de vítimas do voo JJ3054 da TAM e do voo 1907 da Gol; senhoras e senhores, na verdade, inclusive decorrente da limitação de tempo, eu tinha 12 itens para abordar, mas só abordarei 5. Procurarei ser bem sucinto para dar espaço a todos os demais que aqui compõem a Mesa. Num primeiro momento, gostaria de abordar um assunto que vai ser mais aprofundado pelo colega Archelau, o Juizado Especial. É inconcebível que o Legislativo brasileiro ainda não tenha criado mecanismos que possam dar atendimento emergencial para tragédias como essa. Sabe-se que no Estado de São Paulo existe uma Vara específica para atender uma única falência na área comercial. A falência da Fazendas Reunidas Boi Gordo tem Vara própria. Por que não criar mecanismos que permitam ao Poder Judiciário agir da forma célere com que tanto ansiamos. Mas, como disse, o Archelau vai aprofundar mais essa idéia, que me parece muito válida. O segundo aspecto que eu queria abordar refere-se ao compromisso trazido em uma reunião havida no Palácio Piratini pelo nosso Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que se comprometeu a fazer uma mudança radical na direção da ANAC — Agência Nacional de Aviação Civil, órgão principal de fiscalização da aviação civil. Ao contrário do que consta no *folder* da TAM, onde o lucro está acima de tudo, e a segurança está apenas em terceiro lugar — e esse *folder* eu tenho comigo —, queremos influir na mudança dessa realidade. Por exemplo, limitar o peso a ser transportado pela aeronave em até 80% de sua capacidade máxima de carga. Eu estava no aeroporto quando aquele avião decolou — lá no Salgado Filho. Eu vi a decolagem do PRMBK da TAM, voo 3054. Passava 50% da pista quando o trem de pouso se descolou do chão, e ele percorreu, praticamente em paralelo, a uma distância não superior a 5 ou 10 metros, quase até o final da pista, ao invés do que normalmente se vê, ou seja: o avião decolar e fazer “isso”; ele fez “isso” durante muito, muito tempo. Então, eu já saí do



aeroporto com uma preocupação: esse avião está com uma carga excessiva. Reduzir o número de poltronas. Há pouco o Ministro noticiou como uma das medidas a ser tomada e foi criticado. Pessoas disseram: *“Reduzir porque ele é um homem alto e precisa de espaço!?”* Não, senhor, não é isso. Viemos agora num voo da TAM, Airbus A320, que ninguém podia sequer abrir um jornal, porque não havia espaço. Mas não se trata da preocupação em ler jornal, porque disso há muito tempo já abdiqueei, dessa vontade, em voos que faço. Mas é a preocupação com a segurança. Hoje, as pessoas não podem ficar debruçadas sobre os joelhos em caso de pouso forçado. Ou vocês acreditam que isso seria possível, em um avião como esse em que viajamos hoje, onde não há o menor espaço para esse fim? Então, a redução está nesse aspecto de segurança. E, ainda, uma aeronave que tinha previsão, no Horário de Transporte, o HOTRAN, de sair de Porto Alegre com 162 poltronas, decolou com 174 poltronas. E até agora não há uma explicação plausível da TAM sobre esse excesso de 162 para 174 — pelo menos que eu tenha conhecimento. E havia não só 174, havia 186 pessoas, entre passageiros e tripulantes nesse avião. Talvez até uma das razões de uma decolagem tão suave, mas tão imprópria para uma aeronave com tamanho número de passageiros. Respeito à jornada de trabalho dos funcionários. Porque se sabe que há funcionários que até mudaram de celular porque não agüentam tamanho número de chamadas feitas pela TAM para que venham trabalhar fora dos seus horários de jornada de trabalho. Isso também acarreta cansaço e pode, eventualmente, futuramente, vitimar novas pessoas. Maior tempo em solo da aeronave para a checagem dos equipamentos antes de cada voo. Recentemente, tivemos uma notícia veiculada pela imprensa de que uma das pessoas responsáveis por essa checagem, em Campo Grande, observou que o avião apresentava problemas. Parece que a comissária de bordo ou o comandante, quando se dirigem a nós, durante um voo, têm prazer, eles se sentem prazerosamente felizes, em poder dizer: *“Nosso tempo de permanência em solo será o mínimo possível”*. Outro dia eu viajei e a pessoa disse: *“Nosso tempo de permanência em solo será de 10 minutos”*. Como, em 10 minutos, alguém pode fazer uma checagem!? Como!? (*Choro. Pausa.*) Desculpem a minha emoção. Era uma das coisas que meu filho ministrava na empresa onde ele trabalhava como co-piloto. Ele ensinava exatamente a fazer essa



medição para que os vôos chegassem de forma segura, com o peso adequado ao tamanho da pista, às condições climáticas e à falta de *grooving*. Mesmo sabedores — olhem que ironia, o meu lenço é da TAM — de que estamos contando com o apoio, como foi aqui mencionado pelo Dario, do Ministério da Defesa — pasmem, senhores! —, o Ministro da Defesa do Brasil, ex-Deputado Nelson Jobim, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, com toda a autoridade que tem, com toda a carta branca que recebeu do Presidente Lula, disse-me: *“Salcedo, já não sei o que fazer. Já pedi à SUSEP. Passado quase 1 mês, pedi ao Ministro Mantega, Ministro da Fazenda, ao qual está vinculada a SUSEP, mas até hoje não temos ainda um posicionamento sobre o seguro obrigatório, o RETA, por parte da SUSEP — Superintendência de Seguros Privados, à qual está vinculada toda essa normatização do seguro”*. Hoje, me valendo desse auxílio — e insisto que o auxílio tem sido grande, operoso, oportuno, do Ministério da Defesa —, com o Coronel Gonçalves, um dos seus assessores, que me disse: *“Salcedo, eu me disponho a ir com você na SUSEP”*... Porque eu vi que havia espaço, havia tempo de, antes de vir aqui — uma reunião à qual eu não estava prevendo vir; eu tinha compromisso em Porto Alegre, mas saí de São Paulo e vim direto para cá —, para passarmos na SUSEP. Pois bem, fizemos isso, fomos à SUSEP. Chegamos lá, portas cerradas. A SUSEP fica de 12h às 14h fechada. Talvez seja essa a razão, Srs. Deputados, de até hoje, passados quase 40 dias, ela não ter-nos respondido. Seguro obrigatório independe da investigação, do final da investigação para fazer pagamento. É o DPVAT da aviação civil. Existem, como já foi dito aqui, provedores que faleceram nesse vôo. Essas famílias, com o seguro obrigatório, o RETA, teriam condições mínimas, dignas, para se sustentar. Mas não. Querem nos oferecer um seguro obrigatório de 14 mil reais, que, eventualmente, não faria diferença para alguns, mas para aqueles provedores mais simples, certamente, faz diferença. Mas não 14; 14 mil era em 1986. Pulei um pouco aqui, em função do momento da minha emoção. Quero já entrar no quinto item. Que esta CPI, ao ouvir na próxima quarta-feira o Coronel Antônio Junqueira, especialista em análise de caixa-preta, ex-Diretor do CENIPA à época do acidente do Fokker 100, possa extrair os verdadeiros fatos ocorridos nos últimos 30 minutos que antecederam aquela tragédia de 17/07/2007 com a aeronave TAM, vôo TAM JJ3054. E, por derradeiro, após a conclusão do



inquérito criminal em andamento na cidade de São Paulo, sob a responsabilidade do diretor de polícia daquela Capital, Dr. Aldo Galeano, os culpados sejam exemplarmente punidos, pois chega de impunidade no nosso País! Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Sr. Luiz Salcedo.

Passo a palavra agora ao Sr. Archelau Xavier.

O SR. ARCHELAU DE ARRUDA XAVIER - As fases desses acidentes aéreos são: as causas, o acidente em si e as conseqüências. As causas estão sendo investigadas. O acidente foi dramático. Em nosso caso, vimos a cremação dos nossos entes queridos pelas câmeras de televisão. Os parentes que lá estavam ouviram a explosão, saíram e, depois, souberam que eram seus filhos, suas esposas, suas mães que estavam queimando naquele avião. A morte foi fulminante, foi rápida. As conseqüências estamos agora vivenciando. Para os parentes que ficaram, um choque enorme, psicológico, médico, e essa fase vai se prorrogar para o resto da vida. Em seguida, o enterro e as despedidas. Enterramos nossos filhos — o que sobrou deles. Quatro não foram identificados nem vivenciaram essa fase; fizeram um enterro simbólico, enterrando mamadeira, mochila. Estes sequer conseguiram enterrar seus entes. A fase seguinte são as indenizações. E estamos entrando nessa fase. Outra fase são as investigações para achar as causas e os possíveis culpados. Essas investigações estão ocorrendo no CENIPA e na polícia. O acidente ocorreu fora do aeroporto, então já entrou na área da polícia. E a readaptação à nova vida, com a família amputada. Quando você perde um ente em um acidente desses, é como se o espírito fosse amputado. A família é amputada. Você tem que se readaptar à nova vida, como acontece em caso de acidente, quando se perde um braço ou uma perna. Neste caso, você perde uma pessoa completa. Então, a família tem que se readaptar. E aí há os dramas psicológicos, médicos, enfim. Essas são as conseqüências. Então, estamos entrando na fase das indenizações e das investigações. Eu trago aqui sugestões para proposta de lei. Objetivo 1: aumentar a confiança dos brasileiros nas suas instituições, em especial na Justiça do Brasil. Objetivo 2: aumentar a confiança dos brasileiros na suas companhias aéreas. Resumo: no dia 17 de julho, a nossa filha morreu num avião da



TAM, no vôo JJ3054. Nesse período de 2 meses, convivendo com essa tragédia e suas conseqüências, verificamos a necessidade da criação de um tribunal especial temporário — como já falou o colega que teve o mesmo problema, parente de vítima da Gol — que traga confiança às famílias brasileiras, para resolver as demandas legais na Justiça do Brasil. E um alerta, um alarme: as famílias do Brasil hoje acreditam mais na Justiça americana e preferem recorrer a advogados americanos, em detrimento dos nossos advogados. A OAB deveria se manifestar sobre isso. Verificamos que a atual legislação fomenta a prorrogação máxima das decisões judiciais por razões, inclusive, financeiras, porque as seguradoras que pagam as demandas judiciais o fazem com correção de 6% ao ano. As seguradoras pagam, mas se for daqui a 10 anos, vai ser com 6% ao ano. Como as seguradoras normalmente são de bancos, todas as seguradoras são bancárias — no nosso caso, é a Unibanco AIG —, o dinheiro ficando em caixa, os bancos, que são os controladores das seguradoras, emprestam a 140% ao ano. É um grande negócio ele fomentar que a Justiça se prorrogue ao máximo. As razões para embasar essa proposta do tribunal especial. No acidente da TAM que ocorreu em 1996, 99 pessoas morreram. Sessenta e cinco famílias entraram na justiça americana, e os casos foram todos resolvidos; 4 famílias entraram na Justiça brasileira — 4 famílias — e, após 11 anos, não foram concluídos os processos. Os 65 foram concluídos na Justiça lá fora; 4 aqui dentro não foram concluídos. No vôo da Gol de 2006, 154 vítimas, 105 — agora já aumentando para 110 — famílias entraram na Justiça americana, Srs. Deputados — 110 de 154; isso dá mais de 70% das demandas no exterior. OAB! Várias... No nosso caso, que ocorreu há 2 meses atrás, a ânsia pela Justiça é grande. E pelo nosso histórico dos outros vôos, a perspectiva é de novo de que uma grande porcentagem vá buscar a Justiça lá fora. Várias são as causas que, somadas, contribuíram para esse último acidente. A operação da aeronave em condições precárias — e isso já foi amplamente divulgado pela imprensa. E essas condições precárias eram conhecidas antes do acidente — não foi um acidente: “Ah, apareceu esse problema”; eram conhecidas antes — e evidenciam uma política de manutenção que, infelizmente — infelizmente —, não prioriza a segurança. Isso está evidente. Evidente também a falta de fiscalização da ANAC: omissa, negligente! Nós aguardamos mais renúncias, aguardamos mais renúncias. Alguns já renunciaram.



Sr. Presidente da ANAC, está na hora! A liberação da pista em condições inseguras, também por pressões fortemente prováveis das companhias de aviação, evidenciam a preocupação maior com o lucro e não com a segurança. Aquela liberação da pista estava sendo inclusive alarmada pela imprensa: “*Olha, está sem grooving, está curta*”. Enfim, para reforçar a prioridade da segurança, nos parece claro que o impacto financeiro deverá ser significativo para as companhias aéreas, assim como para as suas seguradoras, em caso de acidente. Sugerimos que o valor da apólice do seguro — isso é uma sugestão que gostaria que fosse analisada... No nosso caso, a apólice de seguro já foi informada pela TAM — não estou falando nada —, e é de 1,5 bilhão; a apólice é de 1,5 bilhão. Não sei nem se é de dólares ou de reais, mas é de 1,5 bilhão. Depois, o Dr. Luiz Cláudio está aí, ele pode até informar, o diretor jurídico.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ARCHELAU DE ARRUDA XAVIER - De dólares, não é? Tudo bem. Essa apólice — sugestão, Srs. Deputados... Como para essas seguradoras é um excelente negócio prorrogar, isso se elimina se a legislação, se possível — é questão de analisar —, determinar que essa apólice, em vez de ficar no caixa da seguradora, no caixa do banco, fique caucionada na Justiça. Esse dinheiro, estando na Justiça, não vai existir interesse das seguradoras (*palmas*) e dos bancos em prorrogar, indefinidamente, talvez até prorrogar o nosso próprio Judiciário, provocar o nosso Judiciário para... Bom, teve um parecer do juiz em 30 de agosto. Gostaria que os senhores vissem esse parecer de um julgamento de uma causa, em que... É bom que os senhores vejam o julgamento que foi feito pelo Juiz Paulo Moreira. Está disponível. Então, é essa a sugestão. Gostaria que olhassem com muito carinho. Que essa apólice não fique no caixa da seguradora, não fique no banco, mas fique depositado na Justiça para o pagamento das indenizações. Porque o que nós já vimos aqui como depoimento do pessoal da Gol, que já está vivendo esse problema há mais tempo, o impacto financeiro é grande. O pessoal perde a família, perde o pai, enfim, desestrutura uma quantidade de famílias. Então, essa sugestão vai aumentar a velocidade para que essa coisa seja resolvida. Gostaríamos também de sugerir algo sobre a IAC 200-1001, a instrução de aviação civil que trata do plano de emergência das empresas aéreas em caso de acidente. Nesse plano, que foi feito



algum tempo atrás, constam várias obrigações dessas empresas. Como sugestão, que se observe o novo termo de compromisso que a TAM vai estar assinando junto com as instituições do poder de São Paulo, provavelmente amanhã. Foi discutido com familiares das vítimas, foi discutido com o Ministério Público, com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com o PROCON e com o apoio do Secretário de Estado Marrey. Então, o que já foi colocado pelo pessoal da Gol... Gostaríamos que esse termo de compromisso fosse analisado pelos senhores. O Dr. Luiz Cláudio, que é do jurídico da TAM... Já vi que está no plenário e vai falar. Temos conversado, inclusive, lá — a gente faz parte da comissão —, e esse termo, pelo que estamos vendo do depoimento do pessoal da Gol, é um real avanço. Está aquém das manifestações e solicitações nossas, mas já é um grande avanço. Espero que também o nosso acidente, a nossa tragédia, represente também um avanço até por esta CPI estar em andamento. Gostaria que ficasse bem analisado isso daí e que os Estados, quer dizer, o poder público... Da forma que nós fomos ajudados, nós queremos aqui de público deixar o nosso agradecimento às instituições do Estado de São Paulo, que ficaram, deram apoio... Aliás, esse termo de compromisso que a TAM está assinando, eu acredito que também o foi ou será pelas solicitações do poder público, que foi realmente muito importante para o caso. Já sentimos uma evolução significativa em relação ao testemunho que ouvimos aqui hoje, da Angelita e dos amigos. Obrigado, Srs. Deputados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Agradeço ao Sr. Archelau Xavier.

Passo agora a palavra ao Sr. Luiz Moysés.

O SR. LUIZ FERNANDO MOYSÉS - Exmo. Deputado Marco Maia, Exmo. Deputado Eduardo Cunha, demais autoridades, amigos do vôo da Gol 1907, amigos do vôo da TAM, há 10 meses atrás — aliás, 10 meses antes do acidente que vitimou a minha esposa, com 32 anos —, eu acompanhei todo o caso de vocês da Gol pela televisão. Na época, sabe o que eu fiz por vocês? Nada. Chorei com vocês. E eu peço desculpas a vocês hoje. Eu acho que nós temos agora que mobilizar a população brasileira para que mais famílias não precisem freqüentar esse plenário aqui, que mais famílias não precisem chorar que nem nós choramos. Temos que mobilizar o povo brasileiro para isso. O acidente de vocês está totalmente ligado à



imprudência de piloto e controladores. Eu vejo muito vocês falarem em piloto que desligou... Tem a culpa dos controladores também, porque eles sabem que, quando uma avião some no ar, eles deveriam considerar aquele avião como um paredão e desviar tudo que está do lado. Então, é imprudência e imperícia também. Eu quero deixar algumas perguntas aqui para a CPI, que ficam no ar aqui. De quem é a culpa de toda essa história, de todas essas tragédias? Do Governo, que não oferece a mínima condição de segurança nos aeroportos; que se preocupa com *shopping center*, que se preocupa com esteira, em vez de se preocupar com *grooving*, em vez de se preocupar com asfalto? Há pouco, na semana passada, ficamos sabendo que a pista de Congonhas está sendo diminuída em 300 metros, para aumentar a segurança. Ainda bem. Pelo menos que isso sirva de exemplo. Que essa tragédia da TAM sirva de exemplo para isso. De quem é a culpa? Da ANAC, que deveria fiscalizar e normatizar as companhias aéreas? E o que é que ela faz? Pelo visto, nada. Do Sr. Milton Zuanazzi, que me envergonha de ser gaúcho, que envergonha os gaúchos? Até vou deixar um recado para ele aqui: se o senhor for digno, Sr. Milton Zuanazzi, peça demissão. (*Palmas.*) De quem é a culpa? Da TAM, que deveria se preocupar mais com a manutenção das aeronaves, no treinamento de seus pilotos, nos quesitos de segurança já colocados à disposição pela Airbus, e o não fez? Está preocupada, sim, em aumentar o número de assentos, em aumentar o seu lucro. De quem é a culpa? Da Airbus, que descobriu que o defeito existia há um tempo atrás, num acidente na Tailândia, desenvolveu um equipamento para que isso não acontecesse mais, ofereceu para a TAM por 5 mil dólares, e a TAM não quis comprar? Deveria, sim, a Airbus colocar em todas as aeronaves, porque estamos falando de segurança, de vidas humanas. De quem é a culpa senhores? É minha, é nossa. Hoje, senhores, eu tenho vergonha de morar num país que é conhecido mundialmente como o país do caos aéreo, onde as pessoas têm medo de voar. Espero não precisar mais vir a Brasília exigir justiça. Espero que os Srs. Deputados que estão aqui façam isso, porque vocês podem fazer. Está na mão de vocês. Eu só quero citar agora uma coisa que aconteceu em 2 países, um país vizinho e um outro não tão vizinho. Meses antes dessa tragédia toda, algumas pessoas morreram na Argentina, vitimadas numa danceteria. Sabem o que aconteceu na Argentina? Fecharam essas... Todas as casas noturnas foram fechadas em Buenos Aires —



todas as casas noturnas —, exigindo segurança! Na Tailândia, depois que caiu agora um Boeing, e graças a Deus ninguém morreu — caiu, não, ele explodiu no solo, mas graças a Deus ninguém foi vitimado —, o Boeing 737-800 está proibido de voar na Tailândia. O que acontece no Brasil? Nada! O Airbus A320 da TAM, horas depois, já estava voando. Enquanto nossos parentes eram cremados, na frente do aeroporto de Congonhas, os aviões, os Airbus A320 estavam voando já no próprio aeroporto de Congonhas. *(Pausa.)* Na Tailândia, aconteceu isso aí, e as aeronaves não voam mais, até que seja apurado. Nós temos um problema cultural no Brasil — e eu me insiro nisso também, quando digo que não fiz nada pelas famílias das vítimas do acidente da Gol —, que é de não nos manifestarmos. Temos de ir para as ruas, temos de nos manifestar e cada vez nos unir mais, para que isso não ocorra mais. E cobrar das autoridades. Hoje, o que a gente está fazendo aqui é cobrar. Srs. Deputados, vocês podem fazer, vocês devem fazer! Vocês não podem mais ficar calados diante dessa tragédia toda que está acontecendo neste País. *(Palmas.)* Há alguns questionamentos que tenho para a CPI. Onde foram parar os 23 minutos da caixa-preta que sumiram do nosso vôo? Por que, até hoje, não tivemos respostas sobre o valor do seguro obrigatório, sobre o que o Salcedo falou há pouco? Faz 2 meses, e nós não sabemos qual o valor do seguro obrigatório! A SUSEP não teve tempo ainda para ver isso? Têm de morrer mais quantas pessoas? Foram poucos os 200? Por que os representantes da SUSEP não nos receberam hoje, não receberam o Salcedo, que foi lá? Eles não têm tempo para trabalhar? Enquanto o povo brasileiro trabalha 8 horas por dia, do meio-dia às 2 a SUSEP não funciona, e não deve estar funcionando agora também! Quarto item, senhores. Sabemos que a Justiça brasileira é morosa, sabemos também que existem parentes do acidente da TAM de 1996 que, até hoje, não foram indenizados. Também sabemos, através da informação do Sr. Bologna, aqui, nesta CPI — e eu estava presente —, que existe um seguro contratado de 1 bilhão e meio de dólares. A pergunta que eu deixo: quanto tempo a gente vai ter que esperar para receber o que é justo? O que os governantes, senhores, o que vocês vão fazer para que se faça justiça neste País? Sempre disse para as pessoas que são próximas a mim que a gente sempre pensa que essa tragédia poderia ter sido com você, não é; sempre se diz isso. E às pessoas que estão próximas a mim eu sempre digo: *“Olha, nunca o ‘poderia ter sido*



com você' esteve tão próximo da gente". Eu disse isso para todos os meus amigos, porque eu nunca acreditei que eu fosse estar aqui hoje. Deputado Marco Maia, Deputado Eduardo Cunha, espero que vocês e os outros Parlamentares que aqui se encontram não precisem passar pelo que a gente está passando, porque, amanhã, senhores, pode ser o filho de vocês, pode ser a esposa de vocês que esteja num vôo desses. Se nada for feito, se ninguém for culpado, se ninguém for punido, se ninguém for preso, amanhã, novas tragédias vão acontecer. Só clamo por justiça, mais nada. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Sr. Antônio Siqueira, queria fazer 2 esclarecimentos que reputo importantes pelas falas que ouvi agora há pouco. Primeiro, o Luiz Moysés fez menção aos 23 minutos da caixa-preta. Quero dizer que, atendendo a pedido até dos próprios familiares, eu mesmo fiz um requerimento, aqui, que esta Comissão aprovou, e esta Comissão foi ao CENIPA. Ela já estava em poder dos 30 minutos na sua integralidade, só que, por causa do *software*, não tinha condições de ouvi-los. Nós fomos e ouvimos os 30 minutos integrais dentro do CENIPA. Então, não existem 23 minutos, hoje, escondidos. Existe, nós temos conhecimento, nós ouvimos o áudio, e, certamente, o seu conteúdo fará parte das considerações do Relator. Até por deliberação desta Comissão, esse conteúdo é de natureza pública, não é nem mais reservado. É só uma questão do *software* de audição. Então, se for vontade dos familiares ouvir, nós podemos intermediar para que possa haver uma sessão no CENIPA, para que essas famílias possam ouvir aquilo que nós, Parlamentes da Comissão, já ouvimos.

A segunda observação que eu faria — e o Relator também certamente irá fazer considerações sobre isso — é uma menção que o Sr. Archelau fez aqui sobre o problema do depósito do valor das apólices.

Nós temos capacidade de legislar sobre aquilo que acontece no Brasil. Nós não temos condições de legislar sobre aquilo que acontece fora do Brasil. Então, eu queria fazer um alerta, porque, às vezes, nós podemos criar uma impressão de que podemos fazer mais do que aquilo que podemos. Esses seguros todos são ressegurados. A grande parcela do resseguro certamente deverá estar em poder de uma seguradora no exterior e não deverá estar sujeito à nossa legislação.



Difícilmente, nós conseguiríamos fazer qualquer tipo de legislação que obrigasse o depósito do montante da apólice à disposição da Justiça brasileira ou de uma parcela de resseguradora no exterior. Então, não sei como isso se faria. O Relator, depois, irá fazer sua consideração. Estou apenas fazendo uma observação sobre a natureza prática daquilo que nós podemos ou temos condições de ajudar.

Vou passar a palavra ao Sr. Antônio Siqueira agora.

O SR. ANTÔNIO SIQUEIRA - Sr. Presidente Eduardo Cunha, Sr. Relator Marco Maia, nós estamos aqui há 10 meses do acidente da Gol, e há apenas 2 do acidente da TAM, em que nós temos aí 154 vítimas, que, somadas a mais 199, chegamos a um triste número de 353 vítimas diretas. E esse número indireto é incalculável, porque ele alcança não só os familiares, mas também toda a sociedade. E a preocupação que nós temos hoje é a de que isso pode vir a acontecer com qualquer um de nós. Infelizmente, infelizmente, as autoridades não têm dado atenção a esse caso como tem de ser dada, como tem de ser merecida. É triste, Srs. Deputados. Eu fico envergonhado quando olho para vocês. Não vergonha de vocês, mas, talvez, de mim mesmo por ter 40 anos, e há 22 anos não ter tomado nenhuma providência. Como disse muito bem aí o Luiz: *“Eu não fiz nada por vocês. Se muito, chorei”*. Somente agora, eu me dei conta de que a gente precisa fazer alguma coisa, porque aconteceu comigo: a subtração estúpida do meu sobrinho, com 24 anos, em ascensão profissional incrível, assim como os demais. É triste a gente ver uma situação dessa aí e pensar que é vergonhoso entrar com um processo aqui no Brasil e demorar 10, 20 anos, e não ser resolvido. Em que País nós estamos? De quem é este País? Eu tenho de ir para os Estados Unidos para abrir um processo para ele ser resolvido? É vergonhoso isso! Então, eu peço aos Srs. Deputados, ao Sr. Relator que, como fiscais do Executivo, primeiro, procurem influenciar — porque é o que vocês poderão fazer — o Executivo para que sejam aplicadas as normas de Direito Administrativo. Pedimos que haja adequação na lei. Mas lei já existe para punir os culpados administrativamente, penal e civilmente. E, outra coisa: não é preciso a gente chegar com 10 anos, mas que se tenha uma tutela antecipada junto ao Judiciário, que também seja influenciado. Talvez os lucros cessantes possam ser estimados e calculados muito próximos ao que a gente quer e que apenas os danos morais... e também que seja colocado um teto, e quem não



achar devido, aí, sim, vai para o Judiciário, mas muitos dos casos podem ser resolvidos na esfera administrativa. Por quê? O Estado tem dever objetivo. Está lá, escrito nas normas do Direito Administrativo. Acho que falta é ser mesmo cumprido. Isso é o que a gente vem buscando. Outra coisa com que eu tenho preocupação, Srs. Deputados, Sr. Relator, Sr. Presidente: está anunciado que esta CPI acaba agora, dia 30 de setembro. Eu não quero acreditar que seja mais um relatório, um livro que vá para a estante, para a prateleira, mas que sirva para cobrar, e que a gente não precise participar, amanhã, de outra CPI. Era o que eu tinha a colocar como reforço, porque as coisas já foram bem colocadas aqui, e espero que vocês continuem firmes, e eu os parableno por estarem aqui. Temos nesta Casa aqui quase 600 Deputados, e apenas presentes aqui meia dúzia. Muito obrigado a vocês que estão aqui (*palmas*), por estarem dando força para a gente, neste momento tão difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Muito obrigado, Sr. Antonio Siqueira.

Passo a palavra à Sra. Katia Bronsztein.

A SRA. KATIA BRONSZTEIN - Prezado Relator da CPI da Crise Aérea, Deputado Marco Maia, Deputado Eduardo Cunha, em breve remissão, neste momento tão triste da vida de familiares e amigos, vítimas das empresas aéreas TAM e Gol, reiteramos a necessidade de apuração rigorosa nas investigações, punição severa, transparência e acesso às informações. Reiteramos ainda a necessidade de mudança na legislação, para que sejam fixadas formas de indenização e assistência imediata aos familiares e que constem como plano de emergência imediata como meio de amenizar ao menos parte dos problemas gerados em razão da tragédia a que foram acometidos. Lembramos que muitos pais, como o Sr. João Valmir Lemes de Souza e outros provedores de família, deixaram órfãos seus filhos, vítimas do vôo JJ-3054, que não podem esperar para comer, estudar, enfim, viver e levar uma vida digna, enquanto os Presidentes das referidas empresas e companhias aéreas transitam pelos melhores restaurantes e levam a vida como se nada tivesse acontecido. Reiteramos, com isso, Sr. Relator, Sr. Presidente da Comissão, a necessidade de mudança com urgência na legislação, bem como a atualização no seguro RETA, para que essas famílias possam ter, no



mínimo, dignidade em face da tragédia. É só isso, Sr. Presidente. A gente espera por justiça. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Dando prosseguimento à forma como definimos no início, peço àqueles outros familiares que desejarem, ao fim, depois que se cumprir o cronograma, fazer uso da palavra... Nós vamos abrir a inscrição e, na medida do possível, daremos oportunidade a todos que aqui estão e que gostariam de falar. Estará ali aberto, com a Secretária da Comissão, a quem queira se inscrever. Havendo tempo, nós tentaremos, na ordem de inscrição, fazer com que todos tenham a possibilidade de fazer uma manifestação rápida.

Pergunto se há algum representante da empresa Gol aqui presente que queira fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Pergunto se há algum representante da TAM que deseje fazer uso da palavra. (*Pausa.*) Por favor.

Pediria aos membros da Comissão que ficassem aqui na bancada, aqui na frente, a partir de agora, porque vamos dar, ainda... Eu agradeço a presença de vocês. Peço que vocês fiquem aguardando aí.

Convido o representante da TAM para que tome assento. Após a palavra do representante da TAM, se tiver chegado algum representante da Gol, darei a palavra. Se não tiver chegado, eu vou passar a palavra ao Relator; em seguida, aos Parlamentares que estão inscritos, e, em seguida, eu darei a palavra aos demais parentes das vítimas que queiram se inscrever e fazer uso da palavra.

Então, eu pediria ao senhor que se identificasse ao microfone, seu nome completo, a sua função, o seu tipo de representação. O senhor terá até 15 minutos para poder fazer uso da palavra da forma como entender, para responder qualquer coisa, dar qualquer satisfação às famílias.

O SR. LUIZ CLÁUDIO AGUIAR - Meu nome é Luiz Cláudio Aguiar, eu sou Diretor Jurídico da TAM Linhas Aéreas. Boa-tarde a todos. Exmo. Sr. Presidente Eduardo Cunha, Exmo. Sr. Relator Marco Maia, nobres Deputados, autoridades públicas, senhoras e senhores parentes das vítimas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Vou interromper por 1 minuto. Eu pediria à Segurança que desse a assistência devida e levasse para o atendimento médico, chamasse o Departamento Médico da Casa, por gentileza.



Por favor, pode continuar Sr. Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO AGUIAR - Gostaria de agradecer e parabenizar esta respeitável Casa pela oportunidade desta audiência pública e de esclarecer determinados pontos desse relacionamento entre a TAM Linhas Aéreas e os parentes das vítimas. Gostaria de, na oportunidade, colocar aqui o resumo de assistência às vítimas em números gerais, o que a TAM vem fazendo pelos parentes das vítimas. Com relação ao apoio aos familiares, a TAM tem dado assistência. Assistência prestada: nós temos dado concessão de passagens aéreas, até o momento são 2.484 passagens emitidas. Com relação ao apoio geral, hospedagem, alimentação, telefone, lavanderia etc., reembolso de despesas gerais: aproximadamente 4 milhões de reais; atendimento psicológico: aproximadamente 7 mil horas de atendimento; concessão de planos de saúde: 332 planos de saúde concedidos por períodos de 2 anos, 24 meses. Voluntários do PICE, esses são funcionários da TAM, apoio de voluntários treinados: são 900 voluntários treinados e 314 voluntários ativados. Apoio ao IML, apoio na coleta de DNA: 250 amostras coletadas nas cidades de São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Fortaleza e exterior. Aluguel e apoio na concessão de equipamentos e operadoras de raios X, aparelhos portáteis de raios X, processadores de filme, reveladora, biombos de chumbo, operadores, chassis com *écrans* tomográficos, assistência funerária, contratação de empresas e serviços funerários, traslado terrestre, flores, embalsamento e jazigo. Cento e noventa e cinco vítimas tiveram funeral. Aproximadamente, o gasto foi de 1 milhão e meio. Apoio e recuperação de pertences: nós temos uma empresa contratada, empresa esta chamada BMS, reconhecida mundialmente e que cuidou dos trabalhos de recuperação no *World Trade Center*, nos Estados Unidos. Com relação à assistência prestada e indenizações, nós colocamos disponibilizado o telefone 0800 para dúvidas e agendamentos. Tivemos 1.548 atendimentos telefônicos, tivemos 154 pessoas contratadas pela seguradora para agendamentos. Atendimentos nos postos do seguro: 169 atendimentos; concessão de adiantamento das indenizações: 99 familiares receberam adiantamento. O valor desse adiantamento é de 30 mil por danos emergentes, pagos por vítima. Acordos firmados para indenizações finais: nós temos 9 acordos fechados e uma indenização paga. Então, são 10 acordos fechados, com uma indenização paga. Pagamento do



seguro RETA: 59 familiares receberam o seguro RETA, no valor de 14.833,23 pagos por vítima, valor esse que, todos sabem, é de responsabilidade... É um seguro obrigatório, mas ele é determinado pela SUSEP. Comunicação com o público em geral. Comunicados da assessoria de imprensa da TAM: 60 notas de esclarecimento, 68 atualizações em listas de identificação do IML; 128 comunicados, 0800 para a comunicação pública. No primeiro momento em que o 0800 foi colocado à disposição, nós tivemos 70% de ligações que eram trotes. Nós mudamos para outro 0800, por respeito e também com a preocupação da segurança dos parentes das vítimas. Há um número também, um 0800, que é internacional. Comunicação com os familiares: ações de contatos telefônicos ativos, envio de cartas e telegramas, acesso a *website* de relacionamento com os parentes das vítimas. Isso também está colocado para os parentes da vítimas. Reuniões com a administração da TAM: aconteceram 5 reuniões oficiais. Outro ponto que eu queria passar é que, em todos esses pontos, a TAM tem consciência tranquila de que o que está fazendo pelos parentes das vítimas não tem nada comparável no nível internacional. Outro ponto que eu gostaria de deixar bem claro, muito bem lembrado pelo Sr. Archelau: a TAM, independente até mesmo do excelente trabalho que o Ministério Público do Estado vem fazendo, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o PROCON e o Secretário de Justiça, Dr. Marrey, vêm fazendo, na análise e elaboração desse termo de compromisso, a TAM nunca se furtou da sua responsabilidade objetiva do transporte, sempre esteve presente e na frente dessas negociações, nunca colocou nenhum tipo de entrave e, independente de estarmos assinando um termo de compromisso ou não, a TAM já vem cumprindo esses compromissos que ali estão, e está pronta para assinar esse documento amanhã. Eu agradeço a atenção a todos, uma boa-tarde. Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Agradeço a participação do Sr. Luiz Cláudio.

O SR. DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO - Eu queria que ele informasse, dos 10 que já fizeram o acordo com a TAM, o valor que foi feito...



O SR. LUIZ CLÁUDIO AGUIAR - Neste momento, eu não tenho os valores. Aqui comigo, eu não tenho os valores, mas eu posso informar posteriormente, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Com a ausência momentânea do Relator, antes de passar a palavra a S.Exa., eu vou chamar os Parlamentares.

Com a palavra, por até 10 minutos, o Deputado Sabino Castelo Branco.

O SR. DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO - Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. para ocupar a mesa, para que eu não fique de costas para os nossos convidados aqui. Já chega de ficar de costas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Por favor.

O SR. DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO - Sr. Presidente, senhoras e senhores representantes das famílias das vítimas do acidente do voo JJ-3054, que eu chamo de voo assassino — e a TAM, eu sei, não gosta muito que chame o voo JJ-3054... Para mim, continua sendo o voo assassino. Esse é. Estive aqui quando o Presidente da TAM veio depor nesta Comissão e, antes de vir depor, acredito que ele deve ter passado em alguns desses profissionais que dão ou que indicam algum remédio para que se consiga manter o controle, como ele ficou aqui. Tudo para ele estava normal, estava bem: *“Vocês não precisam de nada, a TAM está dando toda a assistência”*. E ele vai para a missa de sétimo dia, chora junto com vocês, abraça vocês, mas não teve a responsabilidade de não deixar que aquele avião saísse de Porto Alegre com o reverso pinado. Ele sabia disso. Quando permitiu — eu disse aqui para ele —, foi conivente, sim, com a morte de 200 pessoas, que são familiares de vocês.

Outra vez, veio o Seu Constantino aqui. Fiquei chateado, porque o Seu Constantino foi tratado nesta Comissão como se ele fosse a vítima. A Comissão parou para que o Seu Constantino atendesse o telefone celular. Pela primeira vez, eu vi isso na história de uma CPI. Ela parou para o Seu Constantino atender o telefone celular lá fora. O Deputado Vic pediu para ele: *“Sr. Constantino, peço que o senhor dê passagens para os familiares das vítimas”*. E ele, naquela conversa também bonita... Não aconteceu nada. O Seu Constantino veio aqui como um empresário bem-sucedido que o povo brasileiro tinha de parabenizar pelo que ele



faz pelo Brasil. O que ele fez também foi que... Do meu Estado, saiu o vôo da Gol que matou 154 pessoas. Se o meu País fosse um país mais sério, estaria preso o dono da Gol, estaria preso o da TAM, estariam presos todos os responsáveis, como o bispo e a bispa estão presos nos Estados Unidos porque entraram com 50 mil dólares, e estão presos lá. E os pilotos não vieram depor aqui, foram embora e nunca mais vão retornar ao meu País para serem julgados como deveriam ser. Julgados estão sendo vocês, e jamais vai passar essa dor no coração, nunca mais. Só quem sabe, Sr. Presidente e Deputado Marco Maia, meu colega...

Eu estive ontem em São Paulo com os familiares da TAM. Só quem vê é que sente a dor que eles estão passando. Estão em um hotel, longe das famílias, e até o café lá, eu fui ver, é diferenciado. Os hóspedes tomam embaixo; para o pessoal da TAM, está reservado lá em cima. Tudo isso... E a TAM ainda acha que está fazendo muita coisa, como eu vi aqui representantes falarem que fizeram não sei quantos velórios, que pagaram não sei quantos... Mande pagar para a família do representante da TAM ou para o dono da TAM para ver se ele quer. A fortuna dele não vai pagar um por cento daquela criança, da Rebeca, que morreu aos 13 anos de idade. A mãe dela me falou ontem: *"Sabino, fala pela minha filha. O outro meu filho, que tem 6 anos, pergunta: 'se fosse meu pai que tivesse matado alguém, ele estaria preso, e quem matou a minha irmã está solto?'"*. Como é que fica isso? Que País é este? Falo, porque sou representante do povo e sou cobrado nas ruas. O meu filho já viajou várias vezes sozinho em um avião da TAM. Não sei se conseguiria agüentar a dor que vocês estão agüentando. Eu não tenho compromisso... Tenho compromisso com o meu País.

Faço parte da base aliada do Governo Federal, mas não faço parte, de forma alguma, de aceitar o que ele quer, o que ele manda ou o que a TAM acha. Eu quero dizer — e falei ontem lá para vocês — que estou do lado de vocês. Podem contar...

Não fui eleito por nenhum de vocês, que não são do meu Estado. Tem algumas... Há 3 famílias aqui. Eu sou Deputado Federal do povo brasileiro. Vou estar do lado de vocês. Tenho moral para falar, porque não dependo de nenhum deles. Voto contra quando devo votar contra e a favor quando estou ajudando o povo brasileiro. Agora, é vergonhoso, soube que a Gol já recebeu praticamente — isso falado por um colega meu, Deputado, que faz parte desta CPI — 350 milhões



de reais de um seguro, e ainda não repassou nada. Vem falar em migalha de 14 mil reais a TAM, vem ter a coragem de perguntar a vocês se querem aceitar 200 mil reais pela morte de um familiar de vocês. O dono da TAM ouviu aqui... Eu perguntei se ele dorme à noite. A consciência dele deve pesar. Essa fortuna dele, ele não vai levar no caixão no dia em que morrer. Pelo sofrimento da família de vocês, ele vai ter de ter um acerto não nesta CPI. Pode ser que ele não seja condenado pela Justiça brasileira, mas ele pode ter certeza de que vai ter um acerto de contas com Deus. Ele vai, porque naquele avião existiam crianças inocentes, que não tinham, ainda, entendimento da vida. Estar ali, para elas, era tudo: voar no avião da TAM. Bem falou aqui um de vocês: *“Por que o avião do Presidente pode voar, mas se tiver um reverso pinado, não pode”*. Qual é a diferença do Presidente da República para vocês? Qual é a diferença do Presidente da República para o meu filho? Se perguntassem a vocês se o reverso estava pinado, vocês deixariam os familiares de vocês viajarem? Nunca!

Esta CPI tem a obrigação de dar uma demonstração agora ao povo brasileiro. A resposta tem de ser agora. O Senador Renan Calheiros está sendo julgado e pode ser condenado a perder o cargo. Ele teve 860 mil votos no seu Estado. Eu pergunto: qual foi o voto que este Presidente da ANAC teve para dizer que não vai deixar o cargo? Que mandato é esse? (*Palmas.*) Um homem cara-de-pau, que vem à CPI e ainda teve a ironia de ficar rindo de alguns Parlamentares... E está rindo de vocês. E diz que não vai sair, porque tem um mandato. Nunca vi ter mandato sem ter voto. Ele tem de ter vergonha na cara. O Governo brasileiro tem de demiti-lo. Ou nós, do Congresso, temos de aprovar uma lei com urgência — porque quando queremos, fazemos — para que o Sr. Milton, de imediato, largue esse cargo, porque ele não tem competência para estar lá. Já saiu de um cargo, no Rio Grande do Sul, Deputado Marco Maia, por irregularidade e corrupção no Governo passado. E ele sabe disso. E, agora, Deputado Vic, assume a Presidência da ANAC. Ele foi conivente. Quem fiscaliza não pode ter benefícios, mas viajam todos os diretores da ANAC, de graça, em todos os aviões. (*Palmas.*) Por que os diretores da ANAC pediram exoneração? Porque estão com medo e sabem que há alguma coisa errada. E o Sr. Milton está lá.



Aqui falou um de vocês que o Ministro disse que já não sabe mais o que fazer. Quando o Ministro chega a falar isso, imaginem vocês. O Sr. Milton é um dos que, se houver um julgamento neste País, vai se sentar com mais de 100 nesta fileira. Vai ser o maior julgamento da história deste País. E eles deveriam conhecer a mesma cadeia que um pobre conhece.

Se o senhor tivesse matado alguém, a esta hora não estaria aqui, estaria preso, estampado nos jornais. Eu não reconheço o Sr. Milton como Presidente da ANAC — de forma alguma. O Presidente da TAM, não faço mais questão de ouvir, nem o da Gol. Esses homens acham que porque têm dinheiro estão acima da lei. Todos eles que vieram aqui. Mas ninguém está acima da lei. Eu gostaria, tenho certeza, vou lutar juntamente com vocês, porque sou pai, tenho um filho de 14 anos, um de 20 anos, e um de 1 ano e 8 meses, e vou brigar, junto com vocês, como se fosse meu filho que estivesse se acidentado nesse avião, porque é duro. As minhas lágrimas caíram, quando o senhor começou a chorar. Eu vi a foto do seu filho ontem, de 25 anos de idade. O outro pediu demissão do trabalho e foi embora para a Austrália, se não me engano, porque não agüentou a dor, o sofrimento. E nada acontece neste País. O País já deveria ter dado uma demonstração, e as pessoas esperarem o julgamento na cadeia. Teriam de ser bloqueados os bens da Gol e da TAM, e não vocês ficarem esperando. (*Palmas.*) Quando eu vim para cá, disse para o meu povo, lá no meu Amazonas, que eu viria aqui representar o povo. E aqui eu o estou fazendo.

Mas, Presidente, eu lhe peço, e ao Deputado Marco Maia, que está tendo o maior empenho nesse relatório: não vamos deixar que esse relatório seja mais um de CPIs desacreditadas neste País. Que o seu relatório venha pedindo, se for o caso, a prisão daqueles que se acham poderosos, porque aqui estão as vítimas. O sofrimento dessas mães, desses pais, de alguns filhos... Vi um rapaz, ontem, Presidente, de 19 anos, que caía no chão do aeroporto porque perdeu o seu pai. Ele não vai ter mais o amor de um pai, que é a maior tristeza que pode haver. Algumas mães não vão ter mais o carinho do seu filho. E vamos fazer o quê, pelo amor de Deus!? Fico pensando: meu Deus, sou um Deputado Federal, eleito pelo povo brasileiro. Todo o mundo está esperando por esta Casa. Já se vão quantos meses? Já vai fazer um ano, e não tem ninguém punido da Gol. Os corpos já foram comidos,



as minhocas e as formigas já levaram a carne, e não há nenhum responsável por esse acidente? Os responsáveis, para mim, quero dizer para vocês e para a imprensa, e me responsabilizo pelo que falo, são: o Governo Federal, que tem culpa nisso; as empresas aéreas, que são culpadas; a ANAC, que é a maior culpada, para mim; e esse irresponsável que nunca fiscalizou uma empresa aérea. Eu, que viajo para cima e para baixo, poderia ser um dos que estão mortos e, neste momento, os meus filhos chorando aqui, nesta CPI. Então, as empresas aéreas só pensam no lucro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO - Para concluir, Sr. Presidente. O Sr. Constantino, saiu na televisão, deve mais de 100 milhões de reais aos cofres públicos e consegue tirar todas as certidões para as empresas dele continuarem funcionando. Agora há pouco, um prefeito lá de um município do meu Estado me ligou dizendo que está em atraso com o INSS e que foram bloqueados todos os recursos do município. Já no Sr. Constantino, não se ouve nem falar, porque ele é o dono da Gol. Presidente de quê? Presidente? Eu conheço um presidente, que é o Presidente da República. Para mim, ele é um empresário, e não pode ser tratado como presidente nesta CPI.

Então, eu quero aqui dizer que vocês têm o meu gabinete à disposição. A qualquer órgão federal que vocês precisarem ir, marcar alguma coisa e serem representados, podem contar comigo, porque eu me responsabilizo por mim. Eu, como Deputado Federal, estou do lado de vocês. O sofrimento de vocês é o meu sofrimento, porque sou pai, como todos que estão aqui.

Obrigado, e desculpem-nos por não termos dado uma resposta de imediato a vocês, o que me ainda me envergonha.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali. V.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, familiares das vítimas da TAM e da Gol, a CPI tem como objetivo principal esclarecer e buscar soluções. Primeiro, que os acidentes não se repitam; segundo, que injustiças não sejam cometidas. Hoje, aqui, acho que ela cumpre o seu papel, na



medida em que permitiu que vários representantes de famílias de ambos os acidentes mostrassem a sua angústia e os seus problemas. Problemas estes que estão atravessando.

Surpreendeu-me muito a informação de que o seguro obrigatório não tenha sido pago ainda. Entendo também, como entendem as famílias, que isso é um processo puramente burocrático e que deveria ser pago imediatamente. Não entendo o que impede a SUSEP e os órgãos responsáveis por isso de não terem feito ainda. Acho que a CPI deveria ajudá-los, pedindo esclarecimento a esse órgão para saber por que isso não está acontecendo.

Achei a proposta de se criar um tribunal especial para eventuais calamidades acidentais ou não que envolvam um grande número de pessoas uma proposta inteligente. Não sei, pela minha inexperiência como Deputado Federal, se isso é possível. Mas se for, acho que esta CPI deve colocá-la como sugestão no seu relatório final. Concordo em que uma tutela antecipada se faz mais do que necessária, porque quando há um acidente, apesar de outros seguros eventualmente envolvidos, a manutenção no dia-a-dia e as despesas inevitáveis provocadas pelo próprio acidente fazem com que a própria falta de planejamento imediato, eventualmente até pelo emocional alterado, seja um problema muito grande. Então, a tutela antecipada deveria ser uma decisão judicial inevitável. Também não entendo ainda por que não foi feita. Acho que a CPI poderia fazer também uma solicitação de esclarecimento sobre isso.

Quanto ao luto, à perda, à sensação de perda, eu, como médico, posso afiançar aqui que ela não tem tempo predeterminado, muito menos que seja de um ano, e que varia, realmente, conforme o indivíduo, o estado emocional anterior e atual de cada uma das pessoas envolvidas. Não está limitado ao marido, à esposa, ao pai e à mãe, mas, sim, a todos os convivas. E acho que o plano de saúde teria de cobrir essas despesas e ser mantido pelo tempo que fosse necessário. Acho que é uma sugestão que tem de ser feita pela CPI também. *(Palmas.)*

Termino dizendo que concordo em que em ambos os acidentes, por motivos diversos, não citando o nome de quem, mas, no meu entender, por tudo o que vimos aqui, houve, sim, imprudência e negligência — em ambos os acidentes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado Dr. Ubiali.

Próximo orador inscrito, o Parlamentar Vic Pires Franco. V.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu confesso, Sr. Presidente, que não sei nem por onde começar num dia como hoje. Pois eu acho que hoje não existe Oposição, não existe Governo, não existe família do Vôo 1907, não existe família do Vôo 3054, acho que hoje nós somos todos um só, um só coração, um só brasileiro, um só sofrimento, Presidente. Eu sabia que nós íamos chegar a este dia e que seria um dia muito difícil para todos nós, Parlamentares, que estamos aqui há 4 meses, Sr. Relator, trabalhando todos os dias para tentar chegar a algum lugar. E tem sido muito difícil.

Eu ouvi a todos aqui, um por um, e fico imaginando o que é perder um filho, o que é perder alguém da família, e ainda passar por tudo isso que todos estão passando.

Esta sessão, Sr. Presidente, deveria ter sido feita lá no plenário mais importante da Casa, no Plenário Ulysses Guimarães, para homenagear as pessoas que estão aqui. Era o mínimo que esta Casa deveria fazer. Seria uma coisa simbólica. (*Palmas.*) Naquele plenário é onde tudo de importante acontece neste nosso Brasil, para a nossa democracia, e seria um ato simbólico desta Casa fazer esta reunião lá, no Plenário Ulysses Guimarães. Mas, para nós esse plenário de tantas lutas também, durante toda esta CPI, é tão importante como outro qualquer plenário.

Sr. Relator, a responsabilidade sua talvez, hoje, seja uma das maiores de qualquer homem público: o senhor vai tirar o Sr. Milton Zuanazzi da ANAC. É o seu relatório que vai indiciar o Dr. Milton Zuanazzi por esse crime que ele vem cometendo todos os dias perante a Nação brasileira de continuar num cargo em que não tem condições de continuar por falta de competência e por falta de nacionalidade, de brasilidade. Ao ser indiciado o Dr. Milton Zuanazzi, Relator, ele não poderá ficar mais um dia sequer. Então, os dias dele estão contados. Dia 30 acaba esta CPI, infelizmente, mas ainda há muita coisa para nós investigarmos, muita coisa. Muita coisa para ser investigada na Gol, na TAM, com essa vontade de



ganhar dinheiro, com essa vontade de ter lucros e mais lucros e passar por cima de tudo, mas, principalmente, por cima da vida. E, quando eu digo por cima da vida, eu falo por cima da segurança. A última agora — e os familiares têm de saber disso — foram as HOTRANS, as autorizações para que esses vôos saíssem com 162 passageiros. Esse vôo 3054 foi autorizado pela ANAC e nunca fiscalizado para voar com 162 passageiros. E, no entanto, o avião tinha 174 passageiros, e a ANAC não fiscalizou, mas, ao todo, tinha 187 pessoas. E ninguém fez nada até agora. Então, eu lhe peço aqui, Relator, publicamente, vamos trazer aqui, ainda antes do senhor fazer o seu relatório, o Sr. Milton Zuanazzi, para que ele venha prestar contas à Nação do por que a sua ANAC não fez absolutamente nada para fiscalizar. *(Palmas.)* Nós sabemos que temos de trazer aqui o Presidente da TAM, não é o diretor jurídico que vem aqui dizer que fez, mas que não fez mais do que a obrigação — e fez pouco. Mandar pagar buquê de flores, velórios, é muito pouco. Devia ter feito antes, Deputado, devia ter cuidado da segurança, da vida e não deixado um avião levantar vôo com o reverso pinado e pousar num aeroporto perigoso, como a TAM já sabia há muito tempo, inclusive com os reportes internos, proibindo co-pilotos de pousarem naquele aeroporto. Se para o co-piloto, Sr. Relator, Sr. Presidente — e hoje eu vim de Belém pela TAM e quem pousou aqui em Brasília foi o co-piloto, o co-piloto pode pousar normalmente —, havia uma ordem interna da TAM para não pousar no Aeroporto de Congonhas é porque o aeroporto já era perigoso para a TAM. Mas a TAM, mesmo assim, pousou com o avião defeituoso. Isso é crime! Isso é crime! E pousou com o reverso pinado. O Presidente da TAM veio aqui, leu a regulamentação e pulou uma parte. Então, se ele fez isso, se pulou um parágrafo que dizia *“notadamente o máximo reverso possível”*, eu fico imaginando o que esse povo da TAM faz quanto à segurança dos seus aviões. Nós temos aqui o dever, Sr. Relator, de prestar contas a esta Nação. Se isso aqui não der em nada, é melhor fechar esta Casa *(palmas)*, porque lá fora as pessoas estão esperando, lá fora as pessoas estão esperando que nós façamos alguma coisa. Nós não somos os salvadores da Pátria, mas nós temos, como brasileiros, de fazer alguma coisa. O Presidente da Gol, o Sr. Constantino, veio aqui. E eu cobre dele plano de saúde por mais um ano. *“Sim, pois não, Deputado”*. Para a imprensa? Para a televisão ao vivo? *“Sim, pois não, Deputado”*. Não fez, pelo menos pelo que eu sei,



não fez. Cobrei dele assistência psicológica para a família, como se em um ano todos os problemas psicológicos cessassem. Ele disse: “*Vou fazer, Deputado*”. Está aí nas notas taquigráficas. E não fez, não sei se fez, não fez. Levar os familiares para o local do acidente para prestar uma homenagem quando se completar um ano desse acidente é o mínimo que a Gol tem de fazer. (*Palmas.*) Que eu saiba, Sr. Presidente, precisamos da sua ajuda agora. Todos nós. Precisamos que o senhor ligue hoje para o Presidente da GOL e faça-o prometer publicamente cumprir aquilo que prometeu aqui. (*Palmas.*) Faça isso, Sr. Presidente. V.Exa. vai sair maior do que entrou aqui. Prometeu a mudança dos familiares do Estado — mudança; fazer a mudança de Estado para Estado. Não sei se fez. (*Pausa.*) Não fez. Mas tem de fazer. Tem de fazer pelo menos para cumprir... Senão nós teremos de chamá-lo aqui novamente, Sr. Relator, de trazê-lo aqui. Porque todo mundo tem medo de se sentar aí. Eu já vi muito depoente tremer nas bases ao sentar-se aí. Então, é isto que nós temos de fazer: trazer o Presidente da TAM, para ele chegar e dizer para nós por que a HOTRAN oficial... O documento oficial era de 162 passageiros e mudou para 174, sem nenhum tipo de satisfação e sem a ANAC fiscalizar.

Sr. Relator, encerrar esta CPI no dia 30 sem trazer aqui novamente o Sr. Milton Zuanazzi para que ele explique... Porque ele ainda é o presidente. Ele não se demitiu. É sinal de que, como o Deputado disse, ele pode tudo. Nós já cassamos aqui um Presidente da República: Fernando Collor de Mello. E nós não conseguimos tirar o Sr. Milton Zuanazzi, sinônimo de incompetência, sinônimo de tudo de ruim que este País tem. (*Palmas.*) Então, é o mínimo que esta CPI tem de fazer.

Eu ia falar mais algumas coisas, Sr. Presidente, mas vou ler aqui... Eu acho que é o mínimo que podemos fazer, Sr. Relator. É o que nós temos feito aqui. Todos nós, Governo e Oposição.

Tenho certeza de que o Presidente, até o final desta sessão, vai falar com o Presidente da Gol — ou vai tentar falar, se já não tentou —, para fazer com que ele cumpra aquilo que prometeu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Desculpe-me interrompê-lo, Deputado. Eu já tentei. Já fiz uma ligação, já pedi a ligação. E ele deverá retornar, justamente porque já tinha me ocorrido eu querer cobrar dele essa posição para que pudéssemos anunciar até o fim desta sessão. Se ele não retornar,



fica aqui associado a V.Exa. o meu apelo público para que esse plano de saúde seja prorrogado, no mínimo, por mais 1 ano, igual ao que aconteceu com as famílias das vítimas da TAM.

Esse é o meu apelo. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Nunca tive dúvida, Sr. Presidente, da sua postura. Eu lhe agradeço.

Vou encerrar com 2 textos que eu já passei aqui para esta CPI. Porque eu costumo dizer que as pessoas como os senhores, que passaram, estão passando e vão continuar passando...

Eu me lembro do ACM, que era um divisor de águas. As pessoas o amavam ou o odiavam. Mas os baianos o respeitavam, porque ele defendeu a sua terra. Mas eu me lembro de uma coisa muito pessoal. Estou aqui desde 1994, e tinha uma amizade muito especial com o Luiz Eduardo. E 1 ano atrás eu tive uma conversa muito difícil com ACM. Poucas pessoas sabem disso. Ele me chamava de Viquinho. E me disse o seguinte: *“Viquinho, já se vão 8 anos desde que o Luiz se foi. E todas as noites eu choro pelo Luiz Eduardo. Todas as noites eu choro pelo Luiz Eduardo”*. Eu nunca passei por isso e não quero passar. Eu acho que os senhores passam por isso em todos os momentos de sua vida. Eu acho que o que os senhores precisam é de uma mão amiga, de uma palavra. Os senhores não precisam de muito. Acho que não estão atrás de indenizações. Estão atrás de justiça. De justiça. *(Palmas.)*

Durante a CPI, eu li um texto. Faço oposição ao Presidente Lula, mas eu aprendi na minha vida, Relator — V.Exa., que é do PT —, a admirar o Presidente. Não foi à toa que chegou a Presidente da República. Não teria chegado se não tivesse uma alma boa, se não fosse uma pessoa do bem. Mas eu acho que S.Exa. se arrependeu, com esses 2 acidentes, de, na hora certa, não ter dado o que essas pessoas precisaram: a mão, a palavra amiga. *(Palmas.)* Só isso, mais nada. Eu acho que S.Exa. se arrependeu.

Vou ler, Sr. Presidente, para encerrar:

“Às 20h30 de 17 de julho de 1996, um Jumbo da TWA explodiu sobre o Atlântico minutos depois de levantar vôo de Nova York. Todos os 212 passageiros e 18 tripulantes morreram. Nas caóticas horas que se



seguiram, as famílias das vítimas que convergiram para o Aeroporto Kennedy reagiam com ira e desespero à falta de notícias sobre a tragédia.”

É assim que os senhores devem ter-se sentido.

“Levadas para um salão, viram a porta abrir-se para o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton (minutos depois do acidente). O que se passou em seguida foi um dos momentos mais fortes dos seus oito anos na Casa Branca. Desacompanhado (sem, ele foi de grupo em grupo (de família em família), abraçando (conversando) e confortando as pessoas em voz baixa. Ouvia protestos, cobranças, desabafo. Quando enfim (o Presidente dos Estados Unidos) se retirou, o ambiente era apenas de quieta resignação.”

Sabe por que, Relator? Porque ouviram a palavra amiga na hora certa. É isto que todos aqui precisam: da nossa palavra, da nossa mão, do nosso companheirismo. E isso não vai faltar. Tenho certeza de que esta Casa não ficará de costas para isso. Esta Casa honrará a sua tradição. E nós vamos honrar o mandato que recebemos nos nossos Estados, nas urnas.

Encerrando, eu queria fazer uma homenagem especial, Sr. Presidente. É um texto de Santo Agostinho. Eu sei que vai emocionar a esposa de alguém que se foi, porque isso estava num texto que eu recebi da família de alguém que se foi:

*“A morte não é nada.
Eu somente passei
para o outro lado do Caminho.*

*Eu sou eu, vocês são vocês.
O que eu era para vocês,
eu continuarei sendo.*

*Me dêem o nome
que vocês sempre me deram,*



*falem comigo
como vocês sempre fizeram.*

*Vocês continuam vivendo
no mundo das criaturas,
eu estou vivendo
no mundo do Criador.*

*Não utilizem um tom solene
ou triste, continuem a rir
daquilo que nos fazia rir juntos.*

*Rezem, sorriam, pensem em mim.
Rezem por mim.*

*Que meu nome seja pronunciado
como sempre foi,
sem ênfase de nenhum tipo,
sem nenhum traço de sombra
ou tristeza.*

*A vida significa tudo
o que ela sempre significou,
o fio não foi cortado.*

*Por que eu estaria fora
de seus pensamentos,
agora que estou apenas fora
de suas vistas?*

*Eu não estou longe,
apenas estou*



do outro lado do Caminho...

*Você, que aí ficou, siga em frente,
a vida continua, linda e bela
como sempre foi.*

Santo Agostinho

Que Deus ilumine a vida de cada um de vocês e que Deus ilumine todos os que estão ao lado de Deus.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado Vic Pires Franco.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, como autor do requerimento que motivou esta audiência pública, gostaria de dizer ao Deputado Vic que eu queria ter feito a reunião no Plenário Ulysses Guimarães. Para lá me dirigi, e solicitei isso ao Presidente Arlindo Chinaglia. Ocorre que o Plenário só pode ser utilizado em condições que impediriam os familiares de se manifestarem. Só em caso de sessão solene ou de Comissão Geral — não era o caso. A audiência pública no Plenário não é feita. Então, se a fizéssemos no Plenário, só nós Parlamentares poderíamos falar. Essa é a razão de eu ter optado por não fazer a reunião no Plenário Ulysses Guimarães, apesar de ter sido essa a minha intenção. Essa era a minha vontade. E seria essa a homenagem que nós gostaríamos de ter feito aos senhores.

Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet, próximo orador inscrito. S.Exa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, inicialmente uma palavra de respeito e de solidariedade e sentimento. Esta, seguramente, é a sessão mais triste da CPI. E toda palavra, numa situação dessas, tem de ser muito bem medida, muito bem colocada para que gere um efeito, se possível, de consolo, mas nunca uma reação pela incompreensão. Então, primeiro a palavra de respeito e solidariedade.

E estou aqui hoje, em nome da bancada do PSDB, justificando a ausência do Deputado Macris, que retorna ainda hoje do exterior, mas para reafirmar a solidariedade a todos os familiares das vítimas dos acidentes.



Nós temos 2 maneiras de contribuir: a primeira, com a realização desta audiência pública, marcada como último ato antes da entrega do relatório, demonstrando respeito e para dar visibilidade às solicitações; e a segunda, muito mais do que o discurso, será no relatório. E, a partir de amanhã, a expectativa com relação ao trabalho do Deputado Marco Maia. Acreditamos que poderá haver muito mais convergências do que divergências. Se essas existirem, é justamente para valorizar o trabalho desta CPI, em especial o trabalho do Relator.

E o nosso desafio agora é, de alguma maneira, procurar, no relatório, adotar uma série de sugestões que foram apresentadas aqui hoje, como forma de consequência. E que ninguém se iluda. A última decisão do Supremo Tribunal Federal, ao receber a denúncia, deu uma valorizada ao trabalho das CPIs e demonstra a responsabilidade e as consequências do que lá for estabelecido, determinado, recomendado, inclusive com consequências de natureza criminal. Portanto, mais do que nunca, passa a expectativa, com relação ao relatório, de aumentar muito mais. E nesse sentido, também de forma objetiva, eu anotei, Relator — se V.Exa. permitir, só para consolidar —, 20 sugestões que foram apresentadas aqui hoje. Algumas já estão... de alguma maneira já foram tratadas ao longo da CPI. Mas, de forma objetiva, podem ajudar de alguma maneira a encaminhar e fortalecer as solicitações e as reivindicações apresentadas pelos familiares.

Vamos a elas:

1 - Pedido de audiência do Presidente da República.

2 - Uma carta que foi enviada ao Ministro da Justiça, também com pedido de audiência.

3 - A renovação dos planos de saúde. E nesse ponto, com relação à Gol, a cobrança do documento entregue à Gol, também ainda sem resposta.

4 - Pode haver, inclusive, essa recomendação, se até o final da sessão não vier essa resposta, a determinação com relação aos procedimentos para as homenagens do dia 29 de setembro.

5 - Isso consta... Seguramente é um ponto estrutural, que deverá ser tratado no relatório. A quem cabe... Qual órgão tem competência e irá concentrar as ações do Estado, aqui incluindo o Governo, em casos de assistência, e particularmente com relação ao diálogo com os familiares e à divulgação da lista das vítimas.



Na seqüência, o Código Brasileiro de Aeronáutica, as sugestões que foram apresentadas, mas que, de qualquer maneira, irão constar de um grupo especial que deve ser constituído após a CPI.

Também a questão dos pilotos americanos. De alguma maneira, ter alguma medida, por parte desta CPI, no mínimo como recomendação no relatório final, independente das medidas que já vêm sendo adotadas pela Justiça brasileira. A Justiça Federal do Estado de Mato Grosso é competente para análise desse caso.

Na seqüência, destacar a manifestação do Dr. Raul e um documento que já entregamos a V.Exa. E aqui acredito que haverá 2 divergências no relatório — por isso, a expectativa com relação ao trabalho que será apresentado amanhã. Uma: responsabilidade objetiva da União. Lembrando que o transporte é público, o serviço aéreo é público, de responsabilidade da União, e que foi dado por concessão. Responsabilidade objetiva da União, que foi, inclusive, por várias pessoas hoje registrado. É um documento que já entregamos ao Relator, com a preocupação de que a análise dos acidentes não seja uma cortina de fumaça para se deixar de enfrentar as questões referentes a orçamento, infra-estrutura e gestão e principalmente responsabilidade objetiva da União. E, na mesma linha, a questão dos indiciamentos ou, no mínimo, processo administrativo, particularmente em relação à ANAC, lembrando que as decisões se dão por colegiado.

Na seqüência, a regulação, com relação ao dano moral, pode ser uma contribuição desta CPI, na questão da proporcionalidade. A questão referente aos fatos omitidos do acidente... Aqui a carta da Dra. Rosane... O Presidente Eduardo lembrou que esta CPI ouviu os últimos 30 minutos da caixa preta do acidente da TAM. Eu estou entre aqueles que são contrários à divulgação, principalmente da parte final. Entendo que... o que é importante, o que contribui para o acidente. Mas, de alguma maneira, isso quebrou a idéia que muitos de nós tínhamos de que houve supressão de informações com relação àquela gravação. Mas não pode haver dúvida. Então, uma recomendação também para que, de alguma maneira, o CENIPA possa deixar muito bem esclarecido aos familiares que não está havendo sonegação de informação, e particularmente da caixa-preta.



Com relação ao seguro, é possível, ainda — nós teremos tempo —, esse diálogo com a Superintendência, a SUSEPE, e mesmo a questão da atualização dos valores do seguro obrigatório, o chamado RETA, que foi objeto de manifestação.

Com relação aos pontos destacados, de negligência, imperícia e imprudência, particularmente em relação à pista curta e escorregadia, a competência para liberação da pista e os critérios de fiscalização e manutenção, isso é um ponto diretamente relacionado às competências e à responsabilização da ANAC ou das autoridades aeroportuárias.

Na seqüência, o juizado especial. É um tema em que se pode avançar. Eu sugiro ao Relator que o trate em 2 linhas: a primeira, o STJ determinou o estabelecimento de juzizados especiais para solução de problemas nos aeroportos. Por exemplo, a questão do *overbook*. Mas verificar com o STJ a possibilidade... ou se já está em estudo a criação de um juizado específico com competência para atender a questão dos acidentes aéreos.

Na seqüência, a questão das restrições, com relação aos vôos, inclusive em Congonhas, na questão do peso. A questão que gerou, às vezes, até uma interpretação distorcida, mas a questão das poltronas. E aqui o ponto que foi levantado pelo Deputado Vic Pires, que foi alertado aqui hoje. É necessário termos esse esclarecimento. Por que o HOTRAN é para um determinado número de passageiros e por que se permite que, além de tripulantes, se tenha um número maior de passageiros nas aeronaves, como foi o caso do acidente da TAM? É necessário que se esclareça isso junto à empresa ou junto à ANAC, mesmo que não tenha mais audiência pública.

O Dr. Luiz fez uma série de sugestões, inclusive com relação ao tempo e solo para checagem. Isso pode ser objeto de solução ou de encaminhamento desta CPI, reafirmando os dispositivos das instruções e também os compromissos no Brasil junto ao *recall*. E a importância desse depoimento de quarta-feira. Sempre insistindo... E aqui falo também para explicar o porquê da nossa posição crítica com relação a uma análise da CPI sobre o acidente aéreo. Por mais que a CPI queira... E nós queremos, mas não temos — e aqui não é demérito de nenhum membro da CPI — a formação e a qualificação técnica para, com 100% de segurança, afirmar todas as causas dos acidentes aéreos. Gostaríamos imensamente de ter essa resposta



até o encerramento do relatório, mas, para efeito objetivo, todos irão esperar as conclusões do CENIPA — seja a Justiça, sejam as empresas, sejam as seguradoras —, para uma conseqüência. Eu insisto: queremos aprofundar... entender o acidente, mas essa não pode ser a questão do relatório para encobrir outros temas referentes a infra-estrutura, gestão e orçamento.

Gostaríamos imensamente de ter essa resposta, mas não temos a formação. E aqui acho que é um gesto de humildade e reconhecimento para dar tecnicamente uma resposta 100% segura. Não podemos chegar em 99%. Essa resposta tem de ser 100%, em relação às causas do acidente.

Na seqüência, a apólice não ficar na caixa da seguradora, apesar da observação do Deputado Eduardo Cunha. Mas nós não podemos partir do pressuposto de que todos os seguros ou de que todas as empresas tenham essa vinculação com alguma resseguradora internacional. Portanto, temos de pensar na possibilidade de mudança da legislação. É por isso que existem medidas cautelares que permitem, até a conclusão do caso, o recolhimento dos recursos por parte da Justiça. Eu entendo que nós podemos apresentar uma sugestão também nessa linha.

A questão dos planos de emergência, particularmente em casos de acidente para as questões de saúde e indenização... Esperamos que nunca mais tenha um acidente aéreo no Brasil. Mas, em função dessa má experiência, é uma questão que pode ser objeto também de trabalho da CPI.

E último ponto. Acredito que, de alguma maneira, reproduz o desafio que nós temos nesse relatório, Relator. Eu anotei o que o Luiz Moisés disse, entre tantos que aqui, de forma emocionada, fizeram um desabafo pelo drama que passam: que esta Câmara não pode ficar... Nós não podemos (abre aspas) “ficar calados frente à tragédia aérea que há no País”. Isso sintetiza o desafio de não ter meio termo nesse relatório. Há que ser firme. Eu sei do desafio de V.Exa. É Relator um Deputado sério na sua conduta, um Deputado do Governo. E, ao estabelecer o relatório, talvez seja mais cômodo, por estar na Oposição, fazer esse tipo de cobrança. Talvez eu tivesse algum tipo de preocupação ou algum tipo de variável, se estivesse no Governo. Mas esse relatório não tem meio termo. Ele será um relatório firme ou um relatório



incompleto. O relatório incompleto é como o voto da abstenção: vai ajudar aqueles que não querem o resultado desta CPI.

Esta CPI chega ao final. E, a partir de amanhã, nós queremos, de forma pública, honesta, como foi durante todo este trabalho, ter esse bom embate com o Relator dos pontos de divergência, mas não abrir mão das conseqüências, em especial do processo disciplinar, em especial dos indiciamentos e em especial do encaminhamento de todas as sugestões que aqui hoje foram apresentadas.

Então, de forma muito mais objetiva do que, evidentemente, num discurso até emocionado aos familiares, o gesto de respeito que nós podemos dar a esta audiência pública e ter um relatório firme, um relatório objetivo, que possa ter conseqüência para aqueles que venham tomar ciência do relatório desta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado Gustavo Fruet.

Apesar da dificuldade de audição da ligação, pelo barulho do plenário, quero dizer que o Presidente da Gol retornou a ligação. Pelo que eu depreendi das palavras dele, acredito que a Gol vai atender o apelo. (*Palmas.*) Não posso afirmar isso, mas eu entendi que ele vai atender o apelo, principalmente para aqueles que estão utilizando e estão na utilização da necessidade de tratamento. Ele falou aqui que há alguns que não estavam utilizando, que eles estavam querendo ver realmente a necessidade. Mas, naquilo que for necessário, ele já se comprometeu a dar a prorrogação. Mas, pela dificuldade — não estava dando para ouvir bem —, eu vou, depois, fazer outra ligação e vou novamente, de público, registrar o apelo para que seja efetivamente estendido, no mínimo, mais 1 ano. Foi o que ponderei a ele: no mínimo mais 1 ano, para dar o mesmo tempo que havia sido concedido à TAM. E obviamente, a partir daí, já será um avanço dentro da situação. Mas eu quero registrar que ele já se manifestou. Atendeu ao apelo, telefonando aqui e mostrando boa vontade de tentar resolver o problema.

Vou passar a palavra ao Relator, Deputado Marco Maia, para que faça as considerações sobre aquilo tudo que ouviu. Que S.Exa. fale sobre o relatório, sobre as sugestões que aqui já foram proferidas. E, após a palavra do Relator, em função



do horário, abriremos para outros familiares que ainda tenham alguma coisa a falar, apesar de tudo que já terão ouvido até lá.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, primeiramente, dar uma boa-tarde a todos os Srs. e Sras. Parlamentares presentes nesta audiência pública, uma boa-tarde também à imprensa, uma boa-tarde a todos os senhores e senhoras familiares, amigos das vítimas desses 2 acidentes, dessas 2 tragédias a que nós assistimos, neste último ano, em nosso País.

Eu queria, primeiramente, expressar também a minha solidariedade e expressar aqui, de forma muito concreta, a nossa responsabilidade nesta CPI em tentar buscar caminhos, alternativas e, principalmente, soluções para esta crise que nós enfrentamos no setor aéreo, desencadeada principalmente depois do acidente envolvendo um avião a Gol, em setembro do ano passado. Uma crise que foi desencadeada a partir do acidente envolvendo o avião da Gol, mas que tem origens e um histórico muito anteriores àquele acidente.

Nenhum de nós, aqui nesta CPI, se ilude de achar que a crise que nós enfrentamos e que nós vivemos no setor aéreo, nesses últimos 10 meses, aconteceu apenas por vontade dos controladores de voo ou por uma situação específica apenas. Ela é fruto de uma situação gerada há muito tempo, que veio se agravando a cada ano que se passava e que acabou vindo à tona em função de um acidente, de uma tragédia, mas que poderia acontecer a qualquer momento, a qualquer hora. Poderia se explicitar a qualquer momento e a qualquer hora, no País. Então, nós...

Eu queria deixar estas palavras, principalmente de responsabilidade. A nossa responsabilidade, enquanto membros do Congresso Nacional, enquanto Deputados, enquanto membros desta CPI, é uma responsabilidade enorme. Não apenas a responsabilidade de fazer a política, que é inerente à nossa atividade parlamentar; não apenas a de fazer este debate político, que é o mais fácil. Talvez a parte mais fácil da nossa atividade política seja fazer o debate político, ou falar, ou fazer um belo discurso, ou fazer uma bela explanação sobre um determinado assunto. Aliás, nisso nós somos especialistas. E eu tenho aprendido, nesta minha vida... Eu sou Deputado Federal no segundo mandato, mas tenho aprendido na minha caminhada,



Deputado Eduardo Cunha, que as pessoas... que o povo brasileiro está cansado dos discursos vazios, das promessas que não são cumpridas, das falas que não são claras e que não são entendidas. (*Palmas.*) Eu acho que a sociedade brasileira espera dos seus políticos é que eles sejam honestos, que eles sejam claros, que eles não se utilizem apenas das retóricas para fazer a política, mas que eles sejam capazes de apresentar as coisas às claras para a sociedade, para o povo.

Eu quero confessar aos senhores que tenho travado uma luta tremenda, nesses últimos 5 meses, para poder fazer da política não apenas a retórica, mas fazer desta CPI uma CPI que seja capaz de produzir um resultado concreto para a sociedade brasileira. Que ela seja capaz de recuperar a credibilidade das CPIs. Que ela seja capaz de recuperar a credibilidade dos Deputados desta Casa. (*Palmas.*) É claro que essa tarefa não é fácil. Ela não é uma tarefa simples, porque as pessoas... A sociedade brasileira também se acostumou a olhar para o Congresso, a olhar para os Deputados e achar que os Deputados têm condições de resolver todos os problemas. E nós nos empolgamos com isso, às vezes, porque, como a sociedade acha que nós podemos resolver todos os problemas, nós também dizemos: "*Olha, nós temos uma solução para todos*". Nós apresentamos uma varinha de condão e dizemos: "*Olha, nós podemos equacionar todos os problemas*". Eu acho que a grande luta que nós temos de travar aqui é a de poder apontar caminhos e soluções que sejam exequíveis, que sejam realizáveis. E apontar situações e ações que sejam, de fato, reais e que possam ser realizadas.

Então, eu queria, só tratando um pouco sobre isso, dizer a todos aqui que nós temos — acho que todos nós, Parlamentares; não eu, enquanto Relator desta CPI —, podem ter certeza, a completa dimensão da nossa responsabilidade com as questões relacionadas com essa crise vivida pelo setor aéreo brasileiro. E nós não vamos nos furtar, de forma alguma, de apontar as causas, de apontar as responsabilidades e de responsabilizar quem quer que seja por essa crise vivida no setor aéreo e por esses 2 acidente, por essas 2 tragédias que vitimaram tantos brasileiros e que deixaram tantas famílias... Como alguém mencionou aqui, como se tivesse sido amputada uma parte do seu corpo, em função dessas tragédias. Então, nós não vamos furtar-nos, de forma alguma, da responsabilidade que está posta para esta CPI.



Eu anotei aqui, Deputado Gustavo Fruet, não apenas 20, mas 32 propostas e sugestões que foram levantadas nas exposições. E quero dizer que me surpreendi positivamente pela forma como os senhores se posicionaram, trazendo propostas concretas, trazendo discussões reais e apresentando sugestões e alternativas para esta CPI.

Eu quero confessar que, quando entrei por aquela porta, ou quando nós marcamos esta audiência pública, fiquei me perguntando e pensando: o que o pessoal vai dizer aqui? O que eles vão trazer? Será que vão vir aqui só para lamentar o que aconteceu ou vão vir aqui apresentar propostas, sugestões, alternativas? Quero dizer que tive uma grata surpresa de ver que os senhores não vieram aqui apenas se lamentar, não vieram aqui apenas apresentar problemas, não vieram aqui apenas chorar o que aconteceu. Vieram aqui trazer propostas e sugestões concretas. E eu diria: essas salvas de palmas que os senhores deram aqui para os Parlamentares, nós devíamos dar para os senhores, que vieram aqui e que se comportaram dessa forma, desse jeito. (*Palmas.*)

Então, acho que o Deputado Gustavo Fruet, o Deputado Vic, o Deputado Ubiali, o Deputado Sabino e o próprio Deputado Eduardo Cunha já falaram sobre todas as propostas. Eu não vou tratar de cada uma delas especificamente. Quero dizer que estou incorporando-as.

A minha idéia é fazer um capítulo em separado no relatório, que trate dessas questões do atendimento e das questões relacionadas ao atendimento dos familiares das vítimas em acidentes aéreos.

É claro que, em relação a muitas dessas questões que os senhores estão levantando aqui, nós, enquanto CPI, não temos como apresentar a solução imediata, porque algumas delas dependem de legislação, dependem de mudanças na lei que precisamos produzir nesta Casa, dependem de encaminhamentos posteriores que precisam ser dados e que não se limitam apenas ao relatório final da CPI. Mas eu acho que daqui vai sair um conjunto de encaminhamentos, sobre os quais esta Casa legislativa deverá se debruçar nos próximos dias, para votar, mudar a legislação, pensar em legislação nova sobre os temas relacionados às tragédias — não só aos acidentes aéreos, mas a outras tragédias a que, cotidianamente, o



povo brasileiro é submetido. E muitas vezes não tem, por parte do Estado, não tem, por parte do Poder Público, as respostas que deveria ter.

Eu sempre costumo dizer que nós vivemos num país privilegiado. Nós não temos terremoto, nós não temos aqui os grandes vendavais, nós não temos aquelas grandes tormentas, que causam tragédias enormes. Mas nós temos aqui outras tragédias, que acabam, no dia-a-dia, no cotidiano, atingindo o nosso povo, a nossa gente. E me parece que essas tragédias aéreas podem servir de exemplo para que possamos ter uma legislação que trate especificamente dessas situações. Quero dizer que isso vai constar do meu relatório. Vou ser um daqueles que vão trabalhar aqui dentro desta Casa para que tenhamos aprovada uma legislação específica para essa área, como os senhores propuseram aqui, muito bem, nas suas falas. *(Palmas.)*

Então, vou apresentar no relatório um capítulo específico tratando desses temas, desses assuntos.

Com relação especificamente aos 2 acidentes, já apresentei um relatório parcial sobre o acidente envolvendo o avião da Gol, de que os senhores são conhecedores. Não sei se todo mundo chegou a ter acesso... chegou a ler o relatório. Mas ele está aí à disposição. Eu vou reapresentar este relatório para ser votado agora na CPI. Mas ele ainda está, digamos, sujeito a mudanças, até a próxima quinta-feira. Depois que eu o apresentei aqui de forma parcial, ninguém mais me apresentou nenhuma alteração no relatório. Não sei se ele está completo ou se as pessoas não tiveram acesso para poder lê-lo com a devida profundidade. Então, quero só alertar que até a próxima quinta-feira ainda há possibilidade de produzirmos algum tipo de alteração neste relatório, que foi fruto de uma profunda investigação que realizamos em relação ao acidente envolvendo o avião da Gol. Vamos, então, reapresentá-lo na próxima quinta-feira.

Quanto ao acidente envolvendo o avião da TAM, no dia 17 de julho, já produzimos um conjunto de ações em relação a essa investigação. A CPI colheu aqui várias oitivas. Nós tivemos várias informações técnicas em relação a esse acidente, vários documentos técnicos. Realizamos na última sexta-feira, em São Paulo, uma simulação desse acidente. Trabalhamos 8 hipóteses possíveis para a realização... para o acontecimento daquele acidente. E nós estamos com um



especialista que foi citado aqui, inclusive, pelos senhores, que está fazendo a análise das caixas-pretas, de voz e de dados, fazendo os cruzamentos e, ao mesmo tempo, analisando todas as informações que chegaram a esta CPI, com a simulação que realizamos lá, na sexta-feira passada.

Quando eu falo em informações técnicas sobre esse acidente... Nós requeremos as análises feitas pela Polícia Federal até agora, as análises feitas pela Polícia Civil. Todas essas informações nós temos aqui — talvez, não as mais atualizadas, da última semana. Mas temos um conjunto de informações sobre o acidente.

Qual é a nossa idéia sobre essa investigação? Vamos, na quarta-feira, fazer aqui na CPI uma apresentação e discussão das informações que nós colhemos até este momento, com a presença do Coronel Antônio Junqueira, especialista que foi contratado pela CPI. Ele vai falar e apresentar os dados da caixa-preta nesta CPI. Vamos ter de decidir ainda, Presidente, se faremos isso de forma aberta ou de forma secreta. A posição deste Relator é a de que façamos isso de forma aberta. Esses dados já são, em alguma medida, públicos. Eles só não foram trabalhados dessa forma mais analítica, principalmente os da caixa-preta.

Então, faremos aqui, na quarta-feira, essa apresentação para os Deputados. Os senhores estão convidados. Quem puder estar aqui ou permanecer aqui até quarta-feira para ter essa informação, ou as associações estarem aqui para assistirem a essas informações... Acho que não temos nenhum problema em relação a isso. E a idéia é, na quinta-feira, apresentarmos um relatório falando sobre o acidente envolvendo o avião da TAM. Eu não posso ainda afirmar-lhes... Como nós estamos cruzando todos essas informações, eu não posso ainda afirmar-lhes qual é o grau de precisão que teremos na quinta-feira para apontar quais foram as causas determinantes e qual foi aquela causa preponderante na existência do acidente da TAM, porque vai depender um pouco dessas informações todas que nós recebemos. E, como o processo de investigação está ainda andando, há dados e informações que ainda não são precisos. Também não podemos ser, aqui na CPI, irresponsáveis a ponto de anunciar uma questão em que não tenhamos toda a segurança e a certeza possível para afirmá-la. Isso não é bom para a CPI, não é



bom para o Congresso. E não é bom também para os senhores ter uma informação que não seja a mais precisa possível.

Então, eu não saberia ainda, hoje, dizer aos senhores qual é a informação mais precisa que nós vamos ter lá, na quinta-feira, e se vamos conseguir chegar a uma informação com toda a precisão possível. Agora, o nosso compromisso é de trabalhar isso com a maior transparência possível, para que os senhores possam ter essas informações, possam trabalhar com essas informações e possam se utilizar dessas informações para, inclusive, comparar com outras investigações que estão sendo realizadas.

Mas eu vou propor, no relatório final, a constituição de uma comissão do Congresso, da Câmara, para, baseada nas investigações que nós já realizamos, acompanhar as investigações que estão sendo realizadas pela Polícia Civil de São Paulo, pela Polícia Federal e pelo CENIPA. E acompanhar também o processo de negociação das indenizações, das tratativas todas que estão sendo realizadas no atendimento dos familiares das vítimas, essas coisas todas.

Então, que a Câmara, que o Congresso tenham uma comissão de Parlamentares, instituída pelo Presidente, para produzir esse acompanhamento. Essa é uma forma de não permitirmos que os 2 acidentes caiam no esquecimento. Os familiares das vítimas do acidente da Gol sabem que viveram lá aqueles 2, 3 primeiros meses com muita efervescência, depois acabou caindo um pouco no esquecimento. E só retomou com força a discussão quando foi criada a CPI. Os senhores podem se dar conta de que, até a criação da CPI, nenhum resultado tinha saído ainda — nem no Ministério Público, nem na Polícia Federal, em nenhum lugar. Depois que se criou a CPI, tudo começou a andar com mais força, com mais prontidão.

Então, a idéia é constituir... Nós não podemos... A CPI tem prazo para acabar. É constitucional. Se nós não votarmos o relatório da CPI até o dia 30, não votaremos mais, porque há um prazo constitucional para a votação do relatório, senão a CPI acaba, extingue-se sem a votação de relatório.

Então, a nossa idéia é criar, constituir uma comissão, propor a criação de uma comissão. É claro que não é uma decisão da CPI. A CPI não pode decidir sobre isso. Nós propomos, e o Presidente da Casa é que tem a tarefa e a obrigação de



criá-la. Mas nós vamos propor, e acho que o Presidente... Depois, nós temos de conversar com o Presidente Arlindo Chinaglia para que tenhamos a constituição dessa comissão, que vai acompanhar, então, todo esse processo de investigação.

Então, a idéia que eu estou trabalhando é essa. Mas, se tudo correr bem, nós vamos apresentar na próxima quinta-feira um relatório, que vai estar o mais próximo possível da identificação das causas que levaram ao acidente e das responsabilidades com esse acidente também, envolvendo o avião da TAM. Só não o faremos se entendermos que isso pode, em alguma medida, prejudicar o processo de investigação que está ocorrendo em outros órgãos, que têm, inclusive, condições melhores de ir nos detalhes dessa investigação.

Por que estou dizendo isso também? Porque, na simulação que nós realizamos em São Paulo, eu diria que ela tirou muitas dúvidas que nós tínhamos, mas também acabou criando outras dúvidas, que estão sendo, neste momento, confrontadas com os dados técnicos, com as informações das próprias caixas-pretas, com outras informações. Nós estamos buscando informações fora do País também, com outros acidentes, para poder cruzar essas informações e, a partir disso, ter condições de precisar melhor o que de fato aconteceu com o acidente.

Mas um detalhe foi isto: nós tiramos muitas dúvidas com a simulação, mas também acabamos trazendo e apresentando outras dúvidas que precisarão ser tiradas, para que possamos apresentar o relatório com mais precisão em relação ao acidente.

Eu diria que seria isto, gente, que eu gostaria de expressar aqui para vocês, sempre deixando bem claro e afirmando, mais uma vez, que nós temos a nítida responsabilidade que está sobre todos nós com este processo e que nós vamos fazer, estamos fazendo todo o esforço para que possamos produzir um bom relatório, que não sirva apenas para a política, mas que sirva também como instrumento legal, instrumento real e concreto de identificação de quem são os responsáveis por essa crise que nós vivemos no setor aéreo brasileiro.

Eu tenho deixado claro isto desde o início da CPI: nós não produzimos o trabalho desta CPI apenas para a afirmação de quem é mais oposição ou menos oposição nesta Casa, ou para quem tem um discurso mais radical ou menos radical.



Estamos aqui produzindo um relatório que sirva efetivamente para dar resposta às demandas que a sociedade brasileira tem colocado a esta Casa. (*Palmas.*)

E digo isso, gente, porque, quando esta CPI se iniciou, muitos se apressaram em dizer que esta CPI seria, primeiro, uma CPI chapa branca, segundo, que ela terminaria em *pizza* e, terceiro, que ela não conseguiria produzir um resultado concreto. Muitos inclusive apostavam que esta CPI não conseguiria ter um relatório para ser apresentado à sociedade brasileira.

E eu quero dizer a vocês que eu acho que o trabalho que foi realizado por nós, não por este Relator ou pelo Presidente, mas o trabalho que foi realizado por todos os Parlamentares, os Deputados desta CPI, com a seriedade que foi realizado, com o desprendimento que foi realizado, com a responsabilidade que foi realizado, só pode produzir um relatório muito consistente, muito firme e que seja responsável por produzir mudanças efetivas na estrutura da aviação civil brasileira.

Então, eu queria deixar aqui essas palavras a vocês. É claro que eu falo aqui, gente, com muita emoção. Eu sei, o acidente envolvendo o avião da Gol, nós o pegamos do meio para a frente, mas aprendemos muito com os familiares que estiveram aqui durante toda esta CPI. O acidente envolvendo o avião da TAM, para mim, no caso em especial, eu tinha cerca de 10 pessoas conhecidas naquele avião. Se vocês... Os gaúchos que aqui estão sabem que fui Secretário da Administração do Estado do Rio Grande do Sul por 3 anos. E as senhoras, aquelas que faziam parte das tricoteiras, eu conhecia praticamente todas elas, porque elas passavam muito tempo na ante-sala da minha sala lá, tratando de temas do IPE e das aposentadorias delas. Eu conhecia o Presidente do SINTERGS, a Nadja. Eu conhecia outras pessoas que estavam naquele avião, que viajavam conosco todos os dias; o Deputado Júlio Redecker, que era nosso amigo, nosso companheiro.

Então, para mim, em especial, esse acidente, por envolver quase 100 gaúchos — não em detrimento dos outros, de outros Estados, que têm também a mesma solidariedade, mas, no meu caso específico, temos 100 gaúchos que foram vitimados por aquela tragédia. Isso traz todo um sentimento especial.

Mas eu queria expressar a vocês aqui esse sentimento de solidariedade e de responsabilidade. Podem ter certeza de que nós vamos trabalhar e produzir um



relatório que seja capaz não apenas de nos garantir um bom discurso, mas que seja capaz de mudar efetivamente a estrutura da aviação civil brasileira.

Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Agradecemos ao Relator.

Eu ainda darei oportunidade àqueles que se inscreveram aqui de, se quiserem, dar uma palavra rápida para registrar o critério democrático a todos aqui que vieram, se deslocaram e quiserem deixar sua mensagem. E, ao fim, encerraremos, eu e o Relator.

Vou convidar — pode falar do próprio local onde estiver, é só apertar o microfone desligado — a Sra. Sílvia Masseran Xavier. Pediria que se restringisse. Delimitaremos o tempo máximo de 3 minutos para cada um, para que pudéssemos encerrar até as 19 horas.

A SRA. SÍLVIA MASSERAN XAVIER - Tudo bem, é o seguinte: eu jamais imaginei estar aqui falando, nunca pensei, mas também nunca pensei viver sem a Paula, então, eu acho que eu vou conseguir falar. A Paulinha, quando ela se formou, ela fez um discurso na faculdade, de surpresa, foi oradora de surpresa na turma, e olhando, agora, para isso, eu vi ela falando: *“Mãe, fala. Fala o que é uma mãe, o que é uma mãe. Não é você que vai fazer, você fala como é a nossa relação, e o resto o pessoal vai fazer”*. Eu vou ser bem rápida. Em Salvador, em 28/07/83, no dia do meu aniversário, eu ganhei um presente, o primeiro presente dessa história, a Paulinha, uma baianinha muito loura de olhos verdes, linda. Essa linda história mudou o rumo dentro do avião da TAM. Em São Paulo, em 17/07, os presentes agora são um pouco diferentes dos recebidos, e eu tenho que me acostumar. Os recebidos por ela nos seus 24 anos de vida eram carinho, atenção, sucesso e amor. Depois de uma semana de velório de cinzas não identificadas, no aniversário do meu marido, Archelau, ganhamos apenas um saco de pertences queimados de onde extraímos 160 fotos da viagem programada nos mínimos detalhes pela Paula e pelo Lucas, o seu namorado. No dia 27/07, aniversário dela, ganhamos novamente um presente dessa nossa nova história, um corpo, ou melhor, não sei se parte dele, porque eu não tive coragem de ver, e o direito de escolher todo o cerimonial, conforme eu pensava em fazer no casamento ou sei lá aonde, eu fiz no seu enterro, e fiz de tudo o que eu podia fazer, o melhor possível, e foi fotografado por toda a imprensa. No



dia seguinte, no meu aniversário, que faço no 28, ganhei as imagens da grande cerimônia no Getsêmani, um lindo presente. Ganhei também uma lápide, que ainda não fui reembolsada, com o nome da minha filha. Assim, foi muito emocionante a gente encontrar uma lápide com o nome da minha filha. E ganhei um coração com uma foto impressa, que é o que anda agora me dando força. Depois de uma semana, mais um corpo, mais um cerimonial, Lucas, onde fiz questão de colocar em cima do seu caixão a aliança da Paulinha, que eu recebi do IML. Eu estou tentando homenageá-la com o que eu posso, é por isso que eu estou falando aqui agora. Em 13/08, Dia dos Pais, Paula novamente visita a nossa casa, dentro de uma maleta de couro. Um rapaz me procura, queria me mostrar o lindo álbum de formatura. Lindas as fotos, quem sabe o início de uma grande carreira? A imprensa vai em casa para mostrar esse álbum, no Dia dos Pais, e mostra como é um Dia dos Pais sem a filha. Foi esse o presente. Um grande presente que ganhamos a toda hora, e isso não pode deixar de ser falado, é o carinho do povo brasileiro. Aonde nós andamos, todos querem nos ajudar, todos. Onde eu entro, eu só recebo ajuda. Um povo maravilhoso, que, se fossem bem conduzidos, como seríamos? Utopia? Hoje, saímos de um final de semana com amigos da dor, de um hotel 5 estrelas de São Paulo rumo a Brasília. Passar nesses corredores onde tudo é decidido eu já havia sonhado. Pena que esse passeio foi resultado de seguidas negligências. Estou aqui, nesta Casa, com uma ferida aberta, que tem doído muito, e eu não posso deixar de falar. E eu tenho que aproveitar essa oportunidade. Mas estou aqui esperançosa de ganhar um outro presente, nesse dia 17, 2 meses desse acontecido: que todos esses pedidos que todo mundo se esforçou para fazer não sejam transformados também em cinzas. Sei que é possível mudar, sei que é possível agir, é possível ser acarinhada com ação por todos os responsáveis, já que dela e dele eu não recebo mais nem um abraço, nem um beijo. Que aconteçam mudanças dignas de um elaborado presente para a Paulinha, para o Lucas e para todas as 197 vítimas e passageiros não do Vôo JJ3054, mas do vôo que eu, como mãe, mãe sofrida, denominei JJ Mudança de Rumo, programado pela TAM e alterado por todos os culpados e responsáveis dessa terrível tragédia. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Sra. Sílvia.



Eu vou passar para o Sr. José Carlos Dorneles. Pediria que fosse em 3 minutos, por gentileza.

O SR. JOSÉ CARLOS DORNELES - Srs. Parlamentares, eu, aqui, em nome de pai, primeiramente, eu quero ler aqui algumas palavras de uma menina que perdeu seu papai. Ela diz assim: *“Perdi meu pai. Não pergunto por que ele não está mais comigo”*. Aí, ela se pergunta e pergunta para vocês, Parlamentares: *“Por que as aeronaves continuam subindo nos céus sem manutenção? Por quê? Por que continuam descendo em pistas curtas, sem condições? Por que precisamos conviver com o medo de voar? Por que as autoridades não prezam pelas vidas daqueles que confiaram seus votos neles? Por quê? Por que que o Governo e a TAM têm acesso às provas, e são partes integrantes desse crime? Você pode acreditar que era hora daquelas 199 pessoas morrerem, todas juntas, até no momento em que uma pessoa querida ou você mesmo morrer dessa forma. Se cabe ao homem cuidar da segurança no transporte do seu próximo, por que deixar a culpa na mão de Deus? Nada acontece por acaso, senhores, e nada vai mudar se continuar desse jeito. Vai acontecer novamente”*. São as palavras da menina que perdeu o seu pai, a Paola. E eu, aproveitando esse momento, quero me expressar aqui como pai. Eu também perdi. Ela perdeu o seu pai, e eu sou o inverso dela, eu perdi a minha filha adorada nesse acidente, ou seja, nesse assassinato, porque as autoridades competentes ou que se dizem competentes não se fiscalizam e não fiscalizaram esses aeroportos e talvez continuam não fiscalizando, porque esse órgão ou esses órgãos chamados INFRAERO e ANAC, principalmente a ANAC, é um cabide de empregos, senhores. Empregos esses que o próprio Governo Federal criou, e criou para pessoas que não têm capacidade nenhuma de exercer. A vontade que eu tenho é de eu ver esses caras na cadeia, tais como os dirigentes da TAM e da GOL — e a nossa dor é uma só —, principalmente esse tal Milton Zuanazzi, porque enquanto nós chorávamos a dor dos nossos mortos da GOL e da TAM, ele colocava medalha no peito por serviços prestados, mas precariamente. Gente, eu sou um trabalhador, assim como vocês todos são aqui dentro desta Casa. Sou gaúcho de Santa Maria e me orgulho muito, mas, gente, eu estou perdendo o orgulho de ser brasileiro, gente. Obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Sr. José Carlos Dorneles.

Com a palavra o Sr. Ertélvio Monteiro Nunes Júnior.

O SR. ERTÉLVIO MONTEIRO NUNES JÚNIOR - Boa-noite, Srs. componentes da Comissão, Presidente e Relator, demais participantes. Eu sou Ertélvio, irmão de Ertelviane Portoloso Nunes, vítima do vôo da Gol. Nós somos de Vitória. Está aqui presente o meu irmão e mais uma colega de Cachoeiro, Andréa. Assim como o primeiro familiar que falou nessa parte final, também, na verdade, vim de Vitória com algumas expectativas. E acho que não poderia ir embora sem falar da principal delas. Acho que todos nós, quando chegamos aqui hoje, temos a expectativa, Srs. Deputados, de que alguém possa nos proteger. Se nós separarmos em 3 fases, o que aconteceu, o que está acontecendo e o que poderá acontecer, a gente vê o seguinte: o que aconteceu? Até agora a gente tem dúvidas de onde está a verdade, daí o nosso apelo por proteção. Porque as informações são todas cruzadas, confusas, e, na verdade, infelizmente, não se definiu quem é do bem e quem é do mal e quem são os responsáveis, se é que tem bem e mal nessa história? No presente, o que será de nós, como foi citado, vítimas, mutilados. Há uma expectativa muito grande de que haja realmente uma punição para os responsáveis. Afinal de contas, se nós observarmos o mercado da aviação comercial brasileira, nos últimos 6 anos, é totalmente outro. E por que que isso aconteceu? Esperamos que esta Casa nos dê algo que nós sentimos muita falta na época do acidente: prioridade pelo Estado. Porque, em momento algum, assim como foi exemplificado por um Deputado anteriormente, ninguém nos deu a mão, o acalanto, a atenção. Na verdade, acho que muito de nós estamos aqui, como foi falado, não é indenização propriamente dita, mas a sensação de que realmente a gente poderá contar com quem nós elegemos. E, lógico, que não obstante isso, é importante que haja garantia de alguns direitos, talvez não sejam direitos legais, mas, com certeza, direitos morais. Porque eu estou tendo que ser o psicólogo das minhas filhas, já que o plano de saúde foi para a minha mãe. Minha irmã era solteira. Agora, eu estou tendo que ser o psicólogo da minha esposa, dos meus sobrinhos, junto com o meu irmão. Nós não pudemos agradecer ainda a Fazenda Jarinã, que apoiou todo o processo de resgate das vítimas, e é o que nós queremos fazer no dia



29. Alguns familiares pretendem ir até lá, e reforço o nosso pedido do apoio no dia 29, para que nós possamos nos reunir aqui em Brasília e alguns familiares irem até à fazenda, porque aquelas pessoas que tanto trabalharam para o resgate das vítimas não foram, em momento algum, reconhecidas, em momento algum. Nós queremos fazer isso, agradecer, não é? E logicamente a questão do seguro saúde, que é uma expectativa de que isso seja renovado. E o futuro? O futuro cabe a nós, agora, cuidar das nossas famílias sobreviventes. E elogio aí as Comissões pelo desprendimento, porque, além de cuidar das famílias, estão cuidando de nós também. É uma expectativa de que a lei possa ser revista. Esse conceito de responsabilidade objetiva acho tem que ser ampliada. A discussão do dano moral, que é algo que é muito imperceptível legalmente, mas que pode ser cada vez mais conciso. O próprio Seguro RETA. E por fim reforçar que nós não devemos nos omitir. Reitero a minha expectativa, Srs. Deputados, a expectativa de proteção que esta Casa pode e deve nos dar. Muitos aqui não vieram porque não puderam, outros não vieram porque não acreditam. Mas eu acredito e espero que todos aqui acreditem que a minha irmã não tenha morrido em vão. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Sr. Ertélvio. Eu sei que muitos estão tendo que sair por causa dos vôos. Eu vou chamar a Sra. Denize Campos Magalhães, se ainda estiver aí. *(Pausa.)* Não está.

A SRA. DENIZE CAMPOS MAGALHÃES - Estou, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - É. Eu vou tentar seguir a ordem aqui. *(Pausa.)*

Está aí a Sra. Denize?

A SRA. DENIZE CAMPOS MAGALHÃES - Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não, Sra. Denize.

A SRA. DENIZE CAMPOS MAGALHÃES - Gostaria de...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DENIZE CAMPOS MAGALHÃES - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Pode falar.

A SRA. DENIZE CAMPOS MAGALHÃES - É porque ele está querendo fazer uma pergunta antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Não.



O SR. CARLOS ALMEIDA - Carlos Almeida. Pode, então, dar uma antecipada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Depois da Sra. Denize.

O SR. CARLOS ALMEIDA - É que eu estou voando agora, eu estou indo para o aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. CARLOS ALMEIDA - Provavelmente, o diretor da TAM não está, não é? Então, eu teria umas colocações que agora não se fazem mais necessárias. Mas é a primeira vez que eu venho a esta Casa e, portanto, eu sou leigo. Mas, na qualidade de eleitor, eu quero agradecer a participação dos 6 Parlamentares que aqui estão e fazer uma pergunta. É normal que mais de seus colegas não estejam aqui presentes hoje? Isso é uma coisa normal ou pode a gente sair daqui pensando que pode ser um desinteresse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Não. Em primeiro lugar, a reunião está sendo transmitida ao vivo pela *TV Câmara*. Em segundo lugar, hoje é uma segunda-feira, não é dia de sessão deliberativa na Casa. Em terceiro lugar, a Casa tem 513 Parlamentares, mas a Comissão tem 24. Ou seja, 4% da Casa que realmente faz parte da Comissão. E as reuniões começam com mais ou com menos Parlamentares. É uma praxe na Casa: S.Exas. escutam a parte principal, falam e vão saindo para outros compromissos. Isso não é desinteresse, foi feito com todo o afincio, com todos os Parlamentares e, com certeza, aqueles que aqui não estão estão vendo pela *TV Câmara*.

O SR. CARLOS ALMEIDA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Então, Sra. Denize.

A SRA. DENIZE CAMPOS MAGALHÃES - Gostaria de cumprimentar vocês e dizer que eu também fiquei muito impressionada com as sugestões trazidas pelos nossos companheiros de infortúnio. E dizer que é necessário, realmente, que o Estado passe de forma positiva, fosse positivado, porque tudo aquilo que não está na lei, tudo aquilo que as pessoas não são obrigadas a fazer nós não tivemos o cuidado das autoridades. Eu gostaria é... Eu não sei. Eu estou um pouco, porque não estou acostumada a falar em público e eu tenho muita dificuldade para falar, mas quando eu ouvi algumas pessoas dizendo da omissão — ali é a minha



sobrinha, a que morreu no acidente, a Rosana —, eu pensei assim: eu não tenho muito o que falar, mas eu tenho que... eu não tenho muito que trazer, muitas sugestões a trazer, mas eu tenho como materializar, como vocês possam entender: ali é a Rosana com o Cris, que é o marido dela. Eu conversei com o Cris, no sábado, e eu falei... Ele falou: *“Olha, ligaram para mim, vai lá e fale por mim”*. Então, eu vou falar pelo Cris. O Cris, ele é pai do Pedro, que é o filho da Rosana. Eles viviam em Manaus e construindo a vida deles. A Rosana estava faltando 2 meses para terminar o curso de, a residência médica. E o Cris era um pai muito atencioso, muito amoroso com o Pedro. Ele é que cuidava do Pedro, e a Rosana sustentava a casa. E com a morte da Rosana, embora ela fosse servidora da Prefeitura de Manaus, o Cris ficou recebendo uma pensão de 1 salário mínimo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DENIZE CAMPOS MAGALHÃES - Meio salário mínimo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DENIZE CAMPOS MAGALHÃES - Um salário mínimo. Ele foi obrigado a voltar para a casa dos pais depois de ter construído uma família, de ter vivido uma vida com os pais, com a Rosana. Então, ele ficou, assim, absolutamente desamparado. E eu não tinha como... *(Pausa.)* Quando a Rosana veio no avião, ela trazia algumas coisas da minha irmã. Essa aqui é a mãe da Rosana. E eu acreditando na... no Estado... *(Pausa.)* Está aqui, desculpe. Eu entrei em contato com algumas autoridades. Então, aqui tem um... Eu posso ler aqui que tem, mais ou menos, alguma, que V.Exas. podem ter idéia da via-crúcis que a gente passou e do resultado, não é? Então, vou ler aqui, fica mais fácil lendo também porque eu não tenho o dom que V.Exas. têm da palavra. *“Denize Campos Magalhães, tal, tia da Rosana, tal. As bagagens e objetos pessoais que agora são de propriedade das famílias e que nada ajudaram nas investigações encontram-se na base aérea de Cachimbo, inacessível, portanto, aos familiares. Em muitos casos, não se trata apenas de meros objetos de recordação, mas indispensáveis ao próprio sustento imediato da família”* — que era o caso dela. Da mesma forma, outras pessoas estão passando pelo mesmo tipo de privação. *“Depois de muito procurar e insistir com a Gol, a Aeronáutica, sem nenhuma resposta consistente, entramos em contato com a Polícia Federal em Cuiabá, na pessoa do Delegado Renato Sayão, responsável pela*



condução do inquérito, que nos informou que no dia 16 de novembro enviou um ofício para a Gol e para a Aeronáutica dizendo mais ou menos o seguinte: 'As bagagens dos familiares é uma questão civil, não servem de prova criminal. O que a Gol...' E pedindo que a Gol indique um local para que os pertences sejam levados e entregues aos familiares. "De maneira informal, acrescentou pelo telefone que a Polícia não tem estrutura nem pessoal para cuidar ou ajudar nesse controle. Disse ainda que todos os bens já foram inventariados pela FAB e que repassará imediatamente, a assinatura, mediante, mediante assinaturas de recibos, bens para a Gol, para que ela fizesse o que fosse conveniente". Entrei em contato com a Gol, falei com a Karina, a Sra. Sara, e elas disseram que a FAB não liberou a entrega das bagagens e não estão autorizadas a remover do local. Pedi que mandasse e-mail relatando. Primeiro, o primeiro posicionamento da FAB é que estavam aguardando o final das buscas, depois o inventário dos bens recolhidos, e depois o empecilho era a Polícia Federal. Por último, em audiência pública feita no Senado... Por isso que hoje eu falo que foi só aí que eu realmente obtive uma resposta, por intermédio, a Aeronáutica disse que estava aguardando uma decisão judicial, que no final eles, eles, enfim, no final eles entregaram os bens faltando os pertences da minha irmã. Quando eu procurei o Ministério Público aqui do Distrito Federal — nesse ponto eu até quero fazer um parêntese para parabenizar o Ministério Público e a Defensoria Pública de São Paulo pela informação que eu tive, que eles estão dando esse apoio —, eles disseram que não era papel do Ministério Público. E, enfim, não, não teve a solução. Eu entrei em contato, também na época, com a, com a, até o caso aqui, com o Procurador da República, e nenhuma providência, nenhuma providência foi tomada. Passada essa, passada essa fase dos pertences, que depois a gente foi ver que, que realmente era infrutífero isso, a gente queria só deixar claro que era, o que a gente estava querendo era só uma investigação para saber para onde foram os bens. Foi o que aconteceu no Senado, que os familiares foram acusados, primeiro, de estar acusando a Aeronáutica. A gente nunca acusou a Aeronáutica, a gente só quis, até hoje, só quis uma investigação, só isso. A gente tem direito a uma investigação. Só isso que a gente quis. E ainda tivemos os nossos familiares, no caso, o meu marido, ele foi até o local do acidente, os familiares indicados como suspeitos. Eu gostaria de dizer que nós não temos nenhum medo de



investigação, inclusive foi no passado o recado que a nossa, o nosso, no caso da minha irmã, o sigilo bancário e fiscal dela seria quebrado para verificar a procedência dos bens que ela alega ter perdido. Não temos medo porque nós, nós não, o que ela adquiriu não foi assistencialismo do Governo nem foi privilégio nenhum do Governo. O que ela fez na vida, ela foi trabalhar, assim como a minha, como a minha sobrinha também, embora hoje o resultado que a gente veja seja esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir.

A SRA. DENIZE CAMPOS MAGALHÃES - Só um minuto só, por favor, porque tem uma coisa também muito importante. Passado, passada essa questão de bens materiais, o que restou para a gente foi a memória, foi tudo de bom que ela, que a Rosana trouxe para a gente, tudo de bom que ela deixou para a gente. Entre isso, a questão de memória dela, foi essas fotografias que tem aqui, vocês estão tendo a oportunidade de ver, foram enviadas, na época do acidente, para o IML, para que eles pudessem fazer o reconhecimento dos corpos. Um dia, e eu tenho muito orgulho, porque realmente tanto ela quanto o Pedro são muito lindos, eles são muito bonitos — eu acho —, e um dia a gente, eu estava com uma camiseta igual a esta aqui, quando chegou uma pessoa, chegou uma pessoa e falou assim: *“Nossa, ela realmente é muito linda!”*. Aí eu falei assim: *“Muito obrigada. Você viu a fotografia dela em algum jornal, alguma revista?”*. Ela falou: *“Não, eu vi a fotografia dela foi numa aula de Medicina Legal de um professor aqui do Distrito Federal”*. *“Como assim?”*. *“Não, ele estava colocando a fotografia de antes e depois”*. Pegou as fotografias da minha sobrinha, de antes — álbum de família que a gente mandou para lá só para fazer o reconhecimento. Vocês desculpem eu estar falando isso aqui, mas é o espaço que eu tenho para falar —, e colocando a fotografia dela em estado avançado de decomposição no depois. Eu achei assim um desrespeito enorme acontecer isso. Meu marido é médico; eu cheguei para ele e falei com ele que ia entrar com uma ação contra o Distrito Federal por ter permitido que os seus servidores fizessem isso. Ele pediu: *“Denize, por favor, não faça isso que o IML trabalhou muito bem nesse acidente. Isso é uma coisa, são algumas pessoas. Eu vou falar com o diretor do IML para que ele não permita que isso seja feito”*. Ele realmente entrou em contato, e o diretor do IML falou que isso não seria... não se



repetiria. Mas a gente continua tendo informação de que essas aulas, se é que pode se chamar assim, continuam sendo ministradas para pessoas leigas, não são para médicos. E, quando eu falei isso, quando eu contei o que tinha acontecido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, por favor.

A SRA. DENIZE CAMPOS MAGALHÃES - ...minha sobrinha, que também é médica, irmã da Rosana, me informou que ela tinha sido retirada de uma aula, de um auditório, dentro do Hospital Regional aqui de Brasília, que é o HRAN, porque as fotos da irmã seriam exibidas numa aula lá sem nenhuma autorização das famílias. Então, isso é só para ilustrar, porque quando dizem a lei, isso, todos esses... O que aconteceu a lei manda que as pessoas cumpram. Se as leis fossem realmente cumpridas, esse tipo de coisa não tinha acontecido com a gente. Porque a Polícia tem obrigação, o Estado tem obrigação de investigar, a polícia, os próprios agentes, se há alguma possibilidade, que é o caso de terem sumido os pertences, seja por omissão ou por qualquer coisa. E os agentes públicos estão cansados de saber que eles não poderiam fazer isso. Porque a única coisa que restou para a gente foi a imagem dela, e até a imagem dela foi pisoteada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Sra. Denize.

A Sra. Salma Assad, por gentileza.

A SRA. SALMA ASSAD - Para abreviar, eu não quero tomar o tempo absolutamente. Eu sou tia de Átila Assad, cujos pais moram no interior de Goiás. Amanhã, ele faria 25 anos de vida. A mãe é portadora de câncer e o caso dela foi muito, agravou mais após a perda desse filho. A carta é um pouquinho, não é tão grande, mas eu não vou ler. Portanto, eu só quero dizer isso. *“Com muita tristeza — o final — pela perda do primogênito, comparecemos, através da presente, a esta soberana Casa, especialmente na CPI do Apagão Aéreo, apresentando protesto de estima e apreço. Antonio Rezende e Mariana Assad, pais de Átila Assad, vítima do acidente da Gol”,* senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Muito obrigado, Sra. Salma.

Sra. Maria Irany Siqueira. (*Pausa.*) Já foi.

Sra. Eulália Machado de Carvalho.



A SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO - Em primeiro lugar, quero agradecer aos senhores Deputados, aos funcionários que possibilitaram esse... Os senhores me desculpem, eu estou bastante emocionada, porque meu marido, Luís Antônio Pereira de Carvalho, faleceu no acidente da Gol. Hoje, completam 2 meses do acidente da TAM. Então, é terrível ter que dizer, mas nós sabemos o que as famílias da TAM estão sentindo. Nós não queríamos dizer isso. E eu quero dizer uma coisa aos Srs. Deputados que estão aqui, às vezes, não é, até as pessoas — eu já trabalhei nesta Casa durante algum tempo —, eu acho que, às vezes, vale a qualidade; e eu sei que os Deputados que estão aqui presentes nós podemos contar. E é por isso que eu reforço, posso estar sendo até repetitiva, em relação a esse 2 pontos da Gol, são fundamentais para as famílias: a questão do plano de saúde. Tem famílias que estão com problemas psicológicos. Então, eu estou sendo repetitiva, mas é porque até me pediram, eu tinha até retirado a minha palavra, mas que fossem esses 2 pontos. Nós não temos mais força. Vai completar um ano. A nossa dor é imensa. Lembro-me de quando completaram os 2 meses, e foi passando e foi indo e nós estamos à beira de completar um ano sem solução de nada. Então, pelo menos, as famílias conseguirem ter uma ajuda psicológica para suportar essa dor, e nós conseguirmos chegar um pouquinho perto do local. Os senhores não fazem idéia do que foi aquilo. Nós não sabíamos se os nossos entes queridos estavam mortos, estavam vivos, ninguém tinha informação, ninguém sabia nada. Nós viramos... Por exemplo, meu marido ficou no número 58 dentro da Gol quando ele foi retirado. Então, essa homenagem pode parecer até uma coisa, mas é tão importante para nós irmos até um pouquinho mais perto da onde eles se foram, que eu peço aos senhores, como Deputados, como as pessoas maravilhosas que eu sei que os senhores são, que realmente esse 2 pontos são muito importantes, fora tudo o que o Júnior falou, a Denize falou, os Deputados já me emocionaram muito. E eu quero dizer uma coisa: eu não quero ter vergonha de ser brasileira. Eu confio demais, porque eu já vi esta Casa, este Congresso, ser fechado. E não pode. Esta Casa tem que dar o exemplo. Como os senhores, existe gente muita séria aqui dentro. E eu queria muito pedir aos senhores que estão aqui; eu não tenho vergonha de ser brasileira e não quero ter vergonha, porque eu sei que os senhores que estão aqui vão estender essa mão. Eu quero agradecer de novo essa oportunidade que



nos foi dada. E, por favor, nos ajudem; nós só contamos com os senhores, com mais ninguém. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Dona Eulália.

Débora Beron Pinto.

A SRA. DÉBORA BERON PINTO - Boa-tarde a todos. Eu só gostaria de dar uma resposta à TAM. Eu sou filha de uma pessoa que faleceu no vôo da TAM, o 3054, e eu gostaria de ter condições emocionais para calcular os valores que o meu pai gastou durante a vida toda em passagens aéreas da TAM e que a minha família gastou em passagens da TAM e poder apresentar para eles aqui. Com certeza, seriam números bem expressivos. Meu pai tinha cartão de fidelidade da TAM. E eu pergunto que fidelidade é essa que não teve condições de transportar o meu pai com segurança e muito menos pôde entregá-lo vivo? Eu falo vivo no destino a que ele chegaria. Eu acho que os valores aqui não conseguem representar a dor que a gente está sentindo, a dor que uma filha sente ao perder o pai, a dor que uma esposa sente ao perder o seu marido e nem a dor que uma mãe sente ao perder o seu único filho. A minha avó, uma senhora de 83 anos, presenciou, via televisão, a aeronave da TAM explodir, levando a vida do seu único filho. Eu acho que nenhum desses valores que foram apresentados aqui poderiam ser apresentados neste dia, que é um dia de tamanha dor para a gente, que fecham 2 anos que a gente perdeu os nossos familiares. Eu achei de extrema indelicadeza da pessoa da TAM vir aqui — 2 meses, desculpa —, vir aqui apresentar esses valores. Só queria colocar isso e colocar também aqui, como foram elucidados os casos de pessoas que perderam o seu provedor, esse é o meu caso — meu pai era quem sustentava a família com 4 dependentes —, e até hoje a gente aguarda o resultado do recálculo do seguro obrigatório, e a minha mãe também não conseguiu tirar a pensão do INSS. Então, como órfão, eu peço a ajuda de vocês. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado Débora.

Elisete Ferraz. (*Pausa.*) Já foi.

Sra. Ana Sílvia Scott. (*Pausa.*)

Eduardo Sato. (*Pausa.*)

Anne Carolina Rickli.



A SRA. ANNE CAROLINA RICKLI - Aqui. Vou falar rapidinho também. Meu nome é Anne Rickli. Sou 1ª Secretária da Associação dos Familiares da Gol. Agradecer, mais uma vez, aos senhores Deputados. Eu sei que vocês foram uma das poucas Casas que abriram as portas para a gente. A gente está acompanhando esta CPI desde o começo. Já conheço o Sr. Marcos Maia aqui de muito tempo, Eduardo Cunha, Gustavo Fruet, e estou vendo o trabalho; agradecer aos servidores da Câmara, que sem eles isso não teria acontecido, eles foram pessoas maravilhosas. Só tenho a agradecer vocês também. Quanto à Gol, Sr. Eduardo Cunha, eu peço que ... O procedimento da Gol, que ela tem adotado com as famílias é: *“Nós tratamos as famílias de forma individual; nós não aceitamos nada coletivo. Por exemplo, vamos prorrogar o plano de saúde para todos”*. Isso é o que a associação pede: uma prorrogação igualitária e integral para todos. E eles falam assim: *“Não, a gente vai prorrogar se você apresentar que você usou o plano de saúde, a gente vai prorrogar se você apresentou o laudo”*. A gente não quer isso. A gente não quer uma prorrogação mediante apresentação de laudo e apresentação de comprovação que usou, porque a pessoa pode não ter usado o médico hoje, amanhã cai um outro avião e a pessoa fica superabalada. Então, assim, a gente não quer prorrogação mediante apresentação de laudos e comprovação de uso de atestado; a gente quer uma prorrogação igualitária, integral, para todos. Sr. Eduardo Cunha, que está em contato com o Presidente da Gol, gostaria que V.Exa. passasse isso para ele. Quanto às passagens aéreas, a gente gostaria que fosse feito o transporte no dia 29 para Brasília e a gente gostaria de passagens mensais, como foi feito com a TAM, 2 passagens mensais por família. Isso também negociado em conjunto para todas as famílias da TAM, nós não queremos negociações individuais, queremos coisas igualitárias para todos. Passagens aéreas, 2 por mês. Quanto à caixa-preta, que o senhor falou que vai ser na quarta-feira, vai ser da TAM... Foi isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANNE CAROLINA RICKLI - Se possível, a gente gostaria de ver a caixa-preta do boeing da Gol. As famílias da Gol até hoje não tiveram oportunidade de ver. Não sei se nessa quarta-feira é possível a gente ver, e eu gostaria de saber o horário que vai ser aqui, porque eu não sei ainda. Quanto ao caso dos pertences,



que a Denize falou, foi prometido pela Polícia Federal abertura de inquérito policial, e até hoje não foi aberto nenhum inquérito policial sobre o caso dos pertences. A gente quer abertura do inquérito policial pela Polícia Federal, então, se possível, os Deputados puderem cobrar isso da Polícia Federal, a abertura do inquérito policial, com base no que foi falado na CPI do Senado, pela Angelita, a gente gostaria que fosse aberto inquérito policial para averiguar. E a gente gostaria que os Srs. Deputados pedissem, já foi pedido pelas famílias, para o IML a não-divulgação das fotos, mas pelo que se anda vendo os peritos continuam divulgando as fotos dos falecidos. A gente gostaria de um pedido também da CPI, junto ao IML, para a não-divulgação das fotos, sem autorização, pelos peritos do IML e pela Aeronáutica, pelos seus militares, conforme a Karla tem aqui a programação científica.

A SRA. KARLA PATRÍCIA GUEDES DE SOUZA CUNHA - Só para mostrar a vocês, eu imprimir a programação científica do 12º Congresso Internacional de Odontologia do Distrito Federal, congresso de odontologia, e nós tivemos, no meio do congresso, onde as palestras eram sobre aparelho, sobre ortodontia, sobre implante, sobre dor, sobre esse tipo de coisa, nós tivemos uma palestra realizada no dia 26 de julho, ao meio-dia, onde o tema da palestra era: Busca e resgate de acidente aéreo: um desafio logístico, no congresso de Odontologia. Busca e Resgate de Acidente Aéreo: um desafio logístico. Isso em pleno congresso de odontologia, onde eram mostradas... Pessoas que assistiram a essa palestra disseram que não teve nenhum cunho científico, foi uma palestra apenas de uma pessoa que participou do resgate e que mostrava os corpos no meio da floresta. E que a pessoa que nos relatou, que assistiu a palestra disse: *“Olha, tinha corpos vestidos, tinha corpos assim, eles davam foco num corpo dessa forma, os corpos estavam brancos, inchados, pareciam bonecos de pano, esse tipo de coisa”*. Então, para a gente, isso é uma falta de respeito, é uma falta de respeito que fizeram com a família da Rosana, pedindo inclusive para a irmã dela se retirar de uma sala do hospital porque iriam exibir imagens da vítima de Rosana em decomposição, onde a irmã dela é médica. Então, assim, isso continua sendo feito, já entramos em contato com o IML, mas continua sendo feito. Inclusive agora há pouco, dia 26 de julho, foi feito isso mais uma vez, apesar dos apelos dos familiares. No dia 19 de maio levamos conhecimento disso à Aeronáutica, no CENIPA, com membros da



Aeronáutica, do PARA-SAR, com médicos do IML presentes na reunião, nós fizemos esse pedido, que por favor não exibissem de quem não autorizasse, mas as exibições continuam ocorrendo. Era isso que a gente queria levar para vocês, nossa indignação, pela falta de respeito.

A SRA. ANNE CAROLINA RICKLI - Agradeço aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, antes de encerrar, quero dizer que na quarta-feira, às 11h...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Por favor.

O SR. ARCHELAU DE ARRUDA XAVIER - Gostaria de fazer mais uma sugestão aos Srs. Deputados, até em função desses depoimentos que nós ouvimos dos familiares das vítimas da Gol. Nós acabamos de receber uma proposta, nós, vítimas, familiares da TAM, recebemos uma proposta, foi colocada na mesa uma proposta do UNIBANCO AIG Seguradora, da TAM. Essa proposta... Evidentemente eles colocam um valor, embora legal, um valor baixo, porque é uma negociação, para eles é empresa, isso é custo para eles, então eles colocam o negócio lá embaixo — normal —, que fomenta uma demanda legal. Como eles colocam um valor baixo, fomenta uma demanda legal que, certamente, a gente tem visto, leva anos. É o exemplo que a gente tem visto. Propomos, para eliminar essas conseqüências imediatas que nós vimos em vários relatos aqui hoje, financeiras, que causam danos irreparáveis às famílias das vítimas, que seja criada uma lei — não sei se é uma lei, os senhores vão poder analisar — independentemente da liquidação total. Porque eles colocam essa proposta para uma liquidação total, um valor lá embaixo. Isso, na verdade, é um início de negociação. Independente de que se dê uma liquidação total, e sem a obrigação de um acordo, que se pague esse mínimo proposto. É isso que você acha que é o mínimo proposto? Então pague esse mínimo proposto e depois se discute se... Entende? Só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, antes de encerrar, queria dizer que quarta-feira, às 11h, no Plenário 9, que vai ser a apresentação da análise dos dados da operação da caixa-preta da Aeronave Airbus A320.



Esta Comissão já deliberou que o caráter de ser aberta, e será aberta essa sessão quanto aos dados da caixa-preta do avião da Gol, mediante a demanda que está sendo justamente colocada aqui. Na quarta-feira é a análise, não é divulgação de dados. Os dados da caixa-preta do avião da GOL devem estar da mesma forma que estão os da TAM, ou seja, mediante *software*. O que nós vamos fazer é solicitar ao CENIPA que possa permitir às famílias terem acesso a uma sessão, dentro do próprio CENIPA, assim como o do Airbus, para quem quiser ouvir os 30 minutos. *(Palmas.)*

Queria dizer a vocês que vou renovar meu apelo à Gol para que prorrogue o plano de saúde por 1 ano. Já fiz, por telefone, ao Sr. Constantino. Vou tornar a procurá-lo para renovar o apelo, da mesma forma que apelo para que atenda a solicitação da homenagem que queiram fazer quando completará 1 ano, no dia 29 de setembro. Eu me associo e, no que depender desta Comissão, tudo que for possível para tentar minimizar o sofrimento de vocês, terão sempre o nosso apoio.

Gostaria de dizer para que nós não podemos diminuir a dor de vocês. Poderia aqui também eu, como autor desse requerimento, fazer um discurso de retórica, um discurso político, mas não é esse o objetivo. Os nossos embates políticos são feitos nos momentos e das formas correspondentes.

Só queria me associar a dor de vocês, dizer para vocês que, pelo que eu acredito, que não cai um fio de cabelo da nossa cabeça que não seja pela vontade de Deus. Que Deus possa consolar o coração de todos vocês, de todas as famílias das vítimas desses acidentes. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos. Antes informo que está convocada reunião para amanhã, no Plenário 9, para apresentação da primeira parte do relatório final desta CPI.

Muito obrigado.